

Ata da Sessão da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia dez de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas catorze horas e trinta minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência da Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro.

Ao iniciar a Sessão, a Presidente da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início à última Sessão da Assembleia Municipal deste mandato.

Quero desejar-vos uma boa Sessão. Vamos aproveitar esta última Sessão para finalizarmos a nossa partilha de percurso da melhor maneira.

Penso que não terá havido problemas de grande gravidade com os vossos próximos, em termos de pandemia, de qualquer das formas, desejo que tudo vos continue a correr o melhor possível.

Cumprimento todos os presentes e cumprimento a Comunicação Social que sempre nos acompanha de uma forma tão constante divulgando o nosso trabalho ao que eu atribuo a maior importância.

Começo por vos dizer que o Deputado Carlos Manuel Vieira Mendes, hoje, não pode estar presente e, como tal, vamos ter que eleger outra pessoa para exercer as funções de Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal. A Dra. Aldina Henriques Lopes da Cunha Neves fica na função de Primeira Secretária da Mesa.

Alguém se opõe que a função de Segunda Secretária da Mesa, nesta Sessão, seja exercida pela Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa?”

Efetuada a votação, foi aprovada por unanimidade, a designação da Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa para exercer as funções de Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal na Sessão de dez de setembro do ano de dois mil e vinte e um.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Peço à Deputada Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa que tome a sua posição na Mesa da Assembleia.

Tenho que vos dizer que a presença do Deputado Carlos Manuel Vieira Mendes, que é um homem muito experiente nestas lides, me dá sempre o maior conforto para todos estes aspetos de natureza administrativa, e que é importante que sejam bem desempenhados, porque, como sabem, há todo um formalismo que tem que ser rigorosamente garantido.

Passávamos à chamada dos Membros deste Órgão Municipal.”

De seguida a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, efetuou a chamada dos Membros da Assembleia Municipal tendo-se verificado que não está presente o Sr. Deputado Eng.º João Filipe Rodrigues Brito que apresentou a respetiva justificação.

Igualmente, o Sr. Deputado Carlos Manuel Vieira Mendes não está presente e apresentou a respetiva justificação.

Também a Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara não está presente e solicitou substituição, tendo sido substituída pelo Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes.

O Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, não está presente.

A Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Nuno Marco Ferreira Batista, não está presente e foi substituído pelo Secretário da Junta de Freguesia, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

O Presidente da Junta da União das Freguesias de Santa Ovaia e Vila Pouca da Beira, Eng.º Bruno Ricardo Dias Amado, não está presente e foi substituído pela Secretária da Junta, Sra. Tânia Margarida Vicente Dinis.

A Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sra. Ana Teresa Ferreira dos Santos Falcão de Brito, não está presente e apresentou a respetiva justificação.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, nos termos da alínea i), do n.º1, do artigo 6º, do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Paulo Pombo Albuquerque, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio à construção da Casa Mortuária da Sobreda, no montante de 39.721,70 € (trinta e nove mil, setecentos e vinte e um euros e setenta cêntimos).

III - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2021.

IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital.

V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2021 e de 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o de 2021.

VI - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 % para o ano de 2022.

VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2022.

VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2022, em 5 %.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.ª Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Feita a chamada e verificada a existência de quórum declaro aberta a Sessão.

Quero ler os textos que me foram enviados pelos Srs. Deputados Carlos Manuel Vieira Mendes e Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara.

Começo por ler o texto do Deputado Carlos Mendes:

*“Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal, pedia a V. Exa. que desse conhecimento desta mensagem a todos os Membros da Assembleia Municipal e a todo o Executivo da Câmara Municipal.*

*Como já deram conta não estarei presente na reunião de hoje. Por isso, queria agradecer a todos os Membros pela compreensão e benevolência com que me trataram ao longo dos últimos 4 anos.*

*Para aqueles que não voltam a estar presentes na próxima Assembleia quero agradecer a disposição sempre demonstrada no desenvolvimento do nosso Concelho.*

*Para os que voltarem quero deixar uma mensagem de que continuem a fazer o melhor pelo engrandecimento do Concelho.*

*Como diz o Presidente Alexandrino, “Ministra uma vez, Ministra para sempre”, e desculpem trata-la por Tu: Dulce queria agradecer-te pelo ótimo trabalho que fizeste em prol da democracia e do desenvolvimento do nosso Concelho. A maneira exemplar, profissional, e isenta como sempre conduziste esta Assembleia Municipal dando-lhe ainda mais sabedoria e dignidade, foi um orgulho ter trabalhado contigo. “Amiga de sempre, Amiga para toda a vida”.*

*Desejo a todos, sem exceção, o melhor, muita saúde, e sucesso na vossa vida particular ou profissional. Muito bem-haja a todos.*

*Com amizade, saudações Socialistas. Carlos Mendes.”*

O Carlos Mendes é um amigo especial e um grande autarca.

Tenho aqui também um texto da Sra. Deputada Dra. Sofia Alexandra Alves Duarte Clara e que passo a ler:

*“Digníssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal e demais elementos da Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Senhores Vereadores. Caros Deputados Municipais. Senhores Presidentes de Junta e de Uniões de Freguesia. Excelentíssimos elementos da Comunicação Social, e demais pessoas presentes. Boa tarde!*

*Como oportunamente comuniquei, por motivos profissionais, em virtude de me encontrar colocada a lecionar numa escola em Vila Franca de Xira, encontro-me impedida de estar presente nesta Assembleia Municipal, a qual, diga-se, é a última deste mandato.*

*Assim, e por não o poder fazer pessoalmente, não poderia deixar de manifestar a minha satisfação pela forma como as Sessões decorreram. Na verdade, e não obstante alguns excessos, fruto do normal combate político, a verdade é que as Sessões se pautaram pela cordialidade, cortesia, e elevação de praticamente todos os Membros da Assembleia.*

*Faço votos que o próximo mandato seja caracterizado pelo verdadeiro combate político em prol da defesa dos interesses e necessidades de todos os munícipes.*

*Para os que, tal como eu, cessarão funções com o término deste mandato, faço votos de muitos sucessos profissionais e pessoais para o futuro, para aqueles que forem eleitos para um novo mandato, desejo que empreguem todos os esforços em prol do concelho.*

*Não me despeço com um Adeus, porquanto, será certo que, enquanto Oliveirense, irei sempre tentar fazer-me ouvir, em prol da defesa do meu concelho e dos seus munícipes. Obrigada!”*

Um texto bonito de uma democrata, de uma pessoa que também deu muitos e bons contributos aos trabalhos da nossa Assembleia, e que eu muito aprecio.

Agora, depois de lidos estes dois textos, quero pôr à consideração da Assembleia a aprovação de um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Sampaio, Ex-Presidente da República, que, com sabem, faleceu hoje.

Tenho aqui o texto do Voto de Pesar e peço à Segunda Secretária da Mesa, Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, para ler.”

De seguida a Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Sra. Maria Cristina Marques Carvalho de Sousa, efetuou a leitura do seguinte Voto de Pesar: *“Voto de Pesar pelo Falecimento do Dr. Jorge Sampaio - Ex-Presidente da República.*

*Jorge Sampaio nasceu em Lisboa, em 18 de Setembro de 1939.*

*Em 1961, licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, onde desenvolveu uma relevante atividade académica, destacando-se sempre pela sua persistente ação política de oposição à Ditadura.*

*Em 1960-61, foi eleito Presidente da Associação Académica da Faculdade de Direito e Secretário-Geral da Reunião Inter-Associações Académicas (RIA), em 1961-62.*

*Foi nessa qualidade que se assumiu como um dos protagonistas da crise académica do princípio dos anos 60, que esteve na origem do longo movimento de contestação estudantil, que durou até ao 25 de Abril de 1974 e que abalou profundamente o Regime.*

*Como advogado, desempenhou funções diretivas na Ordem dos Advogados e teve um papel de relevo na defesa de presos políticos, no Tribunal Plenário de Lisboa.*

*Como opositor à Ditadura, candidatou-se, em 1969, às eleições para a Assembleia Nacional, integrando as listas da CDE. Desenvolveu uma constante atividade política e intelectual, participando nos movimentos de resistência e na afirmação de uma alternativa democrática de matriz socialista, aberta aos novos horizontes do pensamento político europeu.*

*Após a Revolução do 25 de Abril de 1974, é um dos principais impulsionadores da criação do Movimento de Esquerda Socialista (MES), do qual se desvincula, todavia, logo no congresso fundador em Dezembro do mesmo ano, por discordância de fundo com a orientação ideológica aí definida.*

*Desempenha, nos anos da Revolução, um importante papel no diálogo com a ala moderada do MFA, sendo um ativo apoiante das posições do “Grupo dos Nove”. Em Março de 1975, é nomeado Secretário de Estado da Cooperação Externa, no IV Governo Provisório.*

*Ainda em 1975, funda a “Intervenção Socialista”, grupo constituído por políticos e intelectuais, que viriam a desempenhar funções de relevo na vida*

*pública, e que desenvolveu um significativo trabalho de reflexão e renovação política.*

*Em 1978, Jorge Sampaio adere ao Partido Socialista e em 1979, é eleito Deputado à Assembleia da República, pelo círculo de Lisboa.*

*De 1979 a 1984, é membro da Comissão Europeia dos Direitos do Homem no Conselho da Europa, realizando aí um importante trabalho na defesa dos Direitos Fundamentais e contribuindo para uma aplicação mais dinâmica dos princípios contidos na Convenção Europeia dos Direitos do Homem.*

*É reeleito deputado à Assembleia da República, em 1980, 1985, 1987 e 1991. Em 1987/88 é Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tendo assumido, em 1986-87, a responsabilidade das Relações Internacionais do PS. Foi ainda copresidente do “Comité África” da Internacional Socialista.*

*No ano de 1989, é eleito Secretário-Geral do Partido Socialista, cargo que exerce até 1991, e é designado, pela Assembleia da República, como membro do Conselho de Estado.*

*Em 1989, decide concorrer à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, cargo para o qual é, então, eleito e, depois, reeleito, em 1993.*

*Em 1995, Jorge Sampaio apresenta a sua candidatura às Eleições Presidenciais. Recebe o apoio de inúmeras personalidades, independentes e de outras áreas políticas, com destaque na vida política, cultural, económica e social, e do Partido Socialista. Em 14 de Janeiro de 1996, é eleito, à primeira volta, tendo sido investido no cargo de Presidente da República, no dia 9 de Março de 1996.*

*Apresentou-se de novo e voltou a ser eleito à primeira volta, em 14 de Janeiro de 2001, para um novo mandato.*

*Jorge Sampaio manteve, ao longo dos anos, uma constante intervenção político-cultural, nomeadamente através da presença assídua em jornais e revistas.*

*Foi agraciado com várias condecorações e tem recebido diversas distinções nacionais e estrangeiras.*

*Jorge Sampaio manteve também, ao longo da vida, uma grande relação de amizade e cumplicidade política com o saudoso Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital - o Professor Doutor César Oliveira.*

*Essa relação de amizade está aliás bem espelhada no livro “Os Anos Decisivos”, um dos últimos livros do historiador César Oliveira escrito em Oliveira do Hospital.*

*Aos Familiares do Dr. Jorge Sampaio, aos seus amigos, e ao Partido Socialista, a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital endereça as suas mais sentidas condolências”.*

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Lido este Voto de Pesar, submeto o mesmo à consideração da Assembleia e coloco-o a votação.”

Efetuada a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Jorge Sampaio, Ex-Presidente da República, foi aprovado por unanimidade.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Passávamos agora à aprovação das seguintes atas: Ata da Sessão Ordinária de vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um; Ata da Sessão Extraordinária de vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um; Ata da Sessão Ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um.

Há alguma objeção relativamente às atas?”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de maio de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e um, foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Dizer-vos que relativamente ao Ponto IV, referente à 2.<sup>a</sup> Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, temos aqui o processo com toda a documentação. Não era possível disponibilizar estes documentos. Pensámos em digitalizar, e a Esmeralda ainda fez umas tentativas, mas os documentos não eram legíveis. São documentos muito complexos e era um esforço sem mais-valia correspondente. Se alguém quiser consultar a documentação podemos disponibilizar um espaço para esse efeito.

Os documentos fundamentais do Ponto IV foram enviados aos Srs. Deputados Municipais e este processo que aqui temos é referente a documentos complementares, essencialmente mapas e plantas de grande dimensão.”

Depois, foram efetuadas as inscrições para as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia e, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Chegámos à última Sessão da Assembleia deste mandato e, não quero deixar de agradecer, enquanto líder de uma das bancadas desta Assembleia, a todos os Deputados Municipais, pela excelente colaboração que prestaram durante este mandato e refiro-me a todos os Deputados Municipais.

Acho que foram Assembleias participadas, foram Assembleias que realmente nos trouxeram mais-valia em termos de participação e, por isso, quero agradecer toda a colaboração que prestaram a esta Assembleia Municipal.

Àqueles em que esta é a última Assembleia e que não serão candidatos a novo mandato, quero deixar um agradecimento muito especial, nomeadamente aos Srs. Presidentes de Junta que terminam o seu mandato e não se podem recandidatar. Os Srs. Presidentes de Junta serviram o Concelho de uma forma excelente e, por isso, acho que deve ser reconhecido esse trabalho. Refiro-me, e não queria correr o risco de me esquecer de alguém: Ao Sr. Luciano, de São Gião; Ao Sr. Agostinho, de Alvôco das Várzeas; Ao Vasco, da Bobadela; Ao Nuno Filipe Oliveira, de Oliveira do Hospital, embora seja candidato noutras funções mas, como Presidente de Junta, também cessa as suas funções. Penso que não me estou a esquecer de ninguém!

Quero também manifestar o meu agrado e reconhecimento à Sra. Presidente da Assembleia Municipal que conduziu sempre esta Assembleia de uma forma exemplar. Aliás, outra coisa não seria de esperar, devido à pessoa que é. A Sra. Presidente da Assembleia Municipal ensinou-nos muito e deu muitas informações que foram sempre muito pertinentes e muito úteis. Também

um agradecimento pela forma como conduziu com isenção, com um elevado espírito de colaboração e de compreensão para com todos nós que, às vezes, nos excedemos um bocadinho.

Ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e aos Srs. Vereadores quero também deixar uma palavra de reconhecimento, enquanto cidadão de Oliveira do Hospital, porque, na verdade, a face deste Concelho foi completamente mudada e, por isso, queria deixar, aqui, um voto de reconhecimento, em meu nome e em nome da bancada do Partido Socialista, pela forma como executaram as tarefas durante este mandato. Foram realmente excepcionais!

Agora, quero fazer, aqui, e isto não é um balanço porque isso levaria muito tempo e estaríamos, aqui, pelo menos, um dia a enumerar tudo aquilo que foi feito mas, quero lembrar, aqui, apenas algumas coisas deste mandato: Refiro-me concretamente ao último mandato. Começámos este mandato com um problema, foram os incêndios em 2017. Depois, tivemos uma pandemia, tivemos intempéries e este Executivo começou há doze anos com o problema da troika e todos se recordarão das limitações que isso trouxe ao Concelho.

Portanto, queria realçar, aqui, o trabalho que este Executivo tem feito ao longo destes anos. Este Executivo mudou completamente a face do Concelho de Oliveira do Hospital, quer em termos de Sede do Concelho, quer em termos de Freguesias, com a atribuição de verbas, e criando alguma autonomia às Juntas de Freguesia e que foi coisa que nunca se tinha feito antes. Portanto, foi uma coisa nova neste Concelho que dinamizou as Freguesias independentemente da cor política de cada uma. Todas as Freguesias tiveram a sua ação própria independentemente dos auxílios e das obras que a Câmara Municipal fez nessas Freguesias. Todas as Freguesias mostraram o que valiam com a ajuda financeira que a Câmara Municipal lhes deu durante estes anos.

Depois, temos outra coisa que é muito importante: Lembramo-nos todos, com certeza, que o Concelho de Oliveira do Hospital era confundido com Oliveira de Azeméis, com Oliveira do Bairro e, a verdade, é que foi este Executivo e o Sr. Presidente da Câmara Municipal que fizeram uma promoção de tal forma válida do Concelho que, hoje, ninguém confunde o nome de Oliveira do Hospital, e isto não tem precedentes.

Depois, tivemos aqui uma outra face deste Executivo e que foi a proximidade com as pessoas. Este Executivo mudou também esse estado de coisas que se passavam. Hoje as pessoas vêm à Câmara Municipal e têm uma porta aberta. O Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores falam com as pessoas, há uma relação de proximidade com os Munícipes. Essa proximidade

permite ao Executivo e à Câmara Municipal conhecer melhor os problemas dos Municípios e resolver com mais celeridade e com mais eficiência os seus problemas.

De acordo com os dados dos últimos Censos nós perdemos 6,9 % da população mas, comparativamente com outros concelhos da nossa região, e isto não é uma questão de interioridade, alguns perderam muito mais população do que nós, apesar de, e todos estarão lembrados que houve um Primeiro-Ministro deste País que aconselhou os Portugueses a emigrar, mas, mesmo assim, este Executivo, conseguiu atrair pessoas e não haver tanta perda de população, e, isso, também nos satisfaz.

Teria muito mais coisas para dizer mas queria terminar com esta frase: A situação financeira da Câmara Municipal, neste momento, é muito boa e recomenda-se, apesar de algumas dívidas que se herdaram esta Câmara Municipal recuperou e pagou muitas dívidas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“O que me traz, hoje, aqui, não é lembrar o Sr. Presidente da Câmara Municipal, é pedir ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, se puder, ainda no seu mandato, e se for da sua vontade, que faça a atribuição do subsídio pela recolha do lixo doméstico que fazemos em São Gião, e que possivelmente se faz em outras Freguesias. Que deixe escrito ao futuro Presidente da Câmara que, logo que possível, faça o pagamento dessa recolha de lixo referente ao ano de 2020, o ano de 2021 há de vir outro para o pedir, com certeza.

Assim, em termos de despedida, quero agradecer a toda esta Assembleia o apoio, o carinho e o respeito que sempre tiveram para com a minha pessoa. Como já foi dito, e já se devem ter apercebido, estou na reta final do meu mandato.

Quero deixar um abraço a todos e a todas pela vossa compreensão e pelo respeito que tiveram para comigo. Muito Obrigado!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Sr. Enf.º José Carlos Martins Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui tem a ver com um agradecimento ao Sr. Presidente da Câmara Municipal pela obra que foi executada na estrada que liga Avô a Pomares, devido a umas derrocadas que tinha havido nas enchentes do ano de 2020. Alertá-lo e perguntar qual o ponto da situação nessa mesma estrada

porque sensivelmente um quilómetro antes há uma eminente derrocada. Já estamos no período de chuvas, o inverno está à porta, e é altamente perigoso.

Também referenciar, como falou aqui o Sr. Luciano, que ao ler a convocatória fiquei admirado por não constar a atribuição do subsídio para a recolha dos lixos que fazemos nas freguesias, provavelmente por esquecimento, e saber porque é que não está?

Também, em jeito de despedida, e eu sou novamente candidato mas, não sei se cá estarei, quero agradecer as amizades. A política também serve para fazer amizades. Fiz aqui algumas amizades, nomeadamente com o Sr. Luciano, que não conhecia, e com o Sr. Agostinho. O próprio Presidente da Câmara Municipal só o conhecia principalmente do futebol e tive o gosto e o privilégio de trabalhar com ele, apesar de sermos de cores políticas diferentes. Muito obrigado!”

Depois, foi dada a palavra à Sra. Deputada, Dra. Patrícia Alexandra Fernandes Lopes, que fez a seguinte intervenção:

“Não sou de intervir muito, é um facto, mas, não podia deixar de o fazer, hoje, uma vez que é a última Assembleia deste ciclo.

Portanto, quero fazer, acima de tudo, um reconhecimento a esta equipa. Eu até tinha aqui algo escrito mas vou fazê-lo de forma espontânea até porque o Sr. Raúl Dinis acabou por me esgotar o discurso.

Na realidade aquilo que esperamos efetivamente de um Executivo é obra física feita. Somos assim! Queremos obra física mas, enquanto Oliveirense, tenho que reconhecer o que este Executivo nos deu nos últimos mandatos, e em particular neste último. Há muita gente distraída e, às vezes, a obra física não é o mais importante para os distritos. Temos que lembrar que o tempo que vivemos é bem diferente de outros tempos em que não houve incêndios e pandemias. Efetivamente a presença, o dar de si, o afeto, a prontidão, a disponibilidade, valem mais do que muitas obras físicas. Obviamente que as obras físicas são essenciais mas, acima de tudo, aquilo que quero agradecer é o orgulho que me fizeram sentir por ser Oliveirense, e eu posso falá-lo porque estou longe e, portanto, sinto esse ser Oliveirense mesmo estando longe.

Quero reconhecer nesta equipa a disponibilidade e a vontade de não deixar cair um Concelho que, em determinado, momento podia efetivamente cair. Era muito mais fácil desistir mas este Executivo nunca o permitiu e é por isso que quero agradecer em meu nome e certamente em nome de muitos Oliveirenses. Grata para sempre!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Lourosa, Sr. Eng.º José Carlos Marques da Silva, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais, quero desejar a quem cessa as funções, nomeadamente à Sra. Presidente da Assembleia Municipal e ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, que tudo vos corra bem no resto da vida, que haja saúde, e que aproveitem para desfrutar deste longo tempo das vossas vidas de uma forma mais airosa e não com esta pressão que todos sofremos nestes últimos quatro anos porque efetivamente foram tempos duros.

Quero também dar uma palavra de agradecimento ao Município pela audácia que teve, no que à Freguesia de Lourosa diz respeito, nomeadamente em encarar a nossa “joia da coroa” que é a nossa igreja. Foi lançado um projeto ambicioso e que está prestes a ser concluído e que nos apraz registar porque era uma questão que já há muito tempo vinha a ser ansiada. Também agradecer estas últimas beneficiações que foram feitas na Freguesia de Lourosa porque, sem dúvida, são uma mais-valia.

Desejar a todos vós, os que estão em termos de mandato, muitas felicidades e agradecer a amizade que fomos tendo ao longo destes quatro anos.

Desejar, a quem está nas listas, boa sorte e que a amizade de hoje se mantenha depois do dia 27 de setembro de 2021 porque isso é sinónimo de democracia.

Felicidades para quem está na reta final, certamente estão com a ânsia de terminar mas também com um sentimento de dever cumprido.

Interpreto estes quatro anos como uma missão e certamente que vocês também executaram as vossas funções com o espírito de missão.

Boa sorte a todos e felicidades!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Aldeia das Dez, Sr. Carlos Manuel Mendes Castanheira, que fez a seguinte intervenção:

“Esta é a última Assembleia deste mandato, não sabemos se vamos ser eleitos e, por isso, quero agradecer a todos o prazer que foi para mim fazer o debate político, certamente algumas das coisas que eu possa eventualmente ter dito foram sempre feitas no âmbito da política e nunca no âmbito das críticas ou ataques pessoais.

Quero congratular o Executivo porque realmente foi dramático tudo aquilo por que passámos neste último mandato. Só quem não tem memória ou só quem está na política com um sentido diferente daquele que a política deve ser feita. A política tem que ser nobre, para ser correta tem que ser nobre e, para ser nobre, ninguém pode desvalorizar o esforço que foi feito pelo Executivo e por nós que estivemos no terreno a dar a cara por coisas quase impossíveis e desesperantes face a tudo o que nos aconteceu desde a pandemia às cheias.

Quero agradecer ao Presidente Alexandrino a forma como conduziu os destinos dos Oliveirenses, bem como o seu desempenho no desenvolvimento do Concelho e das Freguesias, bem como a coesão de um Executivo de excelência que liderou.

O vosso mandato marca Aldeia das Dez com um desenvolvimento não conhecido até hoje em áreas fundamentais como o ambiente, a cultura, o desporto e estruturas de obras físicas que contribuíram para uma profunda transformação da minha Freguesia. Aldeia das Dez beneficiou dessa transformação o que ajudou a transformar-se num dos principais polos de interesse turístico do nosso Concelho.

Por fim, faço votos para que a campanha eleitoral se pautar com elevação na troca de ideias e, não, por várias agressões que temos estado a sentir na pele, nomeadamente os cartazes. O debate político forte é salutar e é digno quando nos confrontamos com ideias diferentes e, não, com ataques pessoais. A política não se faz de ataques pessoais e faz-se no confronto de ideias porque quem as tiver melhor para o Concelho que as apresente sem vergonha, com seriedade, porque, assim, ninguém se vai sentir defraudado por ter sido mal elucidado.

Muito obrigado, Sr. Presidente, espero que a sua vida política e pessoal se mantenha no auge conforme a conseguiu ter nestes doze anos à frente do nosso Município.

Muito obrigado também aos Srs. Vereadores pelo esforço e pela colaboração que nos deram.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje, também é uma despedida para mim, como líder de um Grupo Partidário na Assembleia Municipal. Como é sabido, serei candidato a uma Junta de Freguesia. Portanto, nas mesmas funções, certamente, não estarei, nos próximos quatro anos.

Deixo um agradecimento a todos vós pelo crescimento político que pude granjear nesta casa. Afinal, fui eleito com tenra idade, fui eleito com dezoito anos. Agradeço a todos vós a aprendizagem que aqui consegui reter.

No que toca ao meu partido, o CDS - Partido Popular, encerramos este mandato de consciência tranquila. Cumprimos o mandato, que nos foi confiado pelos Oliveirenses, no que concerne a apresentar, desde o início, um rumo alternativo para o nosso Município, nas mais variadas áreas, e que sempre elencámos como prioridade e que foram, de resto, patenteadas pelas nossas intervenções no mandato, desde a floresta, à coesão territorial, à habitação, à juventude, à saúde.

Na juventude, destaco o apoio do Sr. Presidente da Câmara, na medida que nós conseguimos levar à aprovação do alargamento do horário da Biblioteca Municipal e é, na verdade, isso, que nós, como autarcas, especialmente aqui na Assembleia Municipal, devemos fazer, é mais do que o combate ideológico, mais do que o combate político, é tentar dentro das nossas possibilidades melhorar a vida dos Oliveirenses. Creio que nós, enquanto CDS-PP, o conseguimos fazer vertendo-o nas demais propostas.

Terminava com uma saudação especial ao meu Presidente de Junta, o Sr. Luciano, que vai acabar o seu mandato, e, agradecer-lhe, também, pelo contributo que deu em prol da nossa Freguesia.

Muito Obrigado!”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje que realizamos a última reunião deste mandato autárquico marcado por grandes adversidades queria deixar público que foi uma honra ter sido membro da casa da democracia municipal onde, segundo as minhas convicções e os compromissos eleitorais assumidos pelo Partido Socialista, representei o povo Oliveirense.

Foram igualmente anos onde aprendi imenso e consegui cimentar as minhas convicções políticas para melhor servir os Oliveirenses.

Continuo empenhado na defesa do nosso Concelho e dos valores que compõem a minha visão. Sou patriota, democrata e socialista e estarei sempre pronto a servir o Concelho.

Quero também aproveitar para dirigir a todos os Membros desta Assembleia Municipal uma palavra de apreço, em especial aos membros das bancadas partidárias diferentes da minha. Quero apresentar um cumprimento

respeitoso e dizer que as críticas que fui fazendo foram, antes de críticas, o reconhecimento da legitimidade da oposição e, do qual, depende a democracia.

À Sra. Presidente da Assembleia Municipal quero dizer-lhe uma coisa muito breve mas com muito significado para mim: O seu mandato dignificou esta Assembleia Municipal e fico-lhe grato por isso.

Quero igualmente dirigir uma palavra ao Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, que termina hoje um ciclo de mandatos que foram tão marcados por dificuldades como por progressos e desenvolvimento. Deixando aqui público o meu reconhecimento pelo seu trabalho e pelo empenho na defesa das nossas terras e das nossas gentes. O seu legado dignifica o Concelho e vejo-o como um legado de caminhos abertos rumo ao futuro. Como outro qualquer legado trata-se de um legado a aprofundar porque é um legado com futuro.

Este mandato, marcado por adversidades que afetaram brutalmente o Concelho e que nos colocam desafios para o futuro, mostrou-nos a importância das autarquias e dos autarcas para as nossas comunidades, bem como, as tendências futuras da política autárquica.

Para mim é evidente que a política autárquica traz desafios que resultam da complexidade do mundo e que exigem inovações na governação local.

Em primeiro lugar, as autarquias terão uma grande responsabilidade no aprofundamento da democracia. Isto implica, não só reforçar as ligações aos cidadãos e à sociedade civil, promovendo o escrutínio e a participação no debate público, mas, também, enriquecer o debate político focando-o num debate sobre políticas públicas que seja claro nas divergências e corajoso nas convicções.

Nas novas dimensões da política autárquica, na minha opinião, estará um olhar renovado para as Comunidades de Emigrantes do Concelho e a necessidade de uma política municipal para a nossa diáspora.

Igualmente a necessidade de colaboração dos agentes locais produtores de desenvolvimento impõe um olhar renovado sobre o papel do Município na coordenação de projetos de desenvolvimento constituindo-se como um verdadeiro pivô local em alguns domínios e até regional.

Em terceiro lugar, o facto de Oliveira do Hospital ser parte integrante da nação exige um alinhamento recíproco entre os desígnios municipais e os desígnios da nação, o que, face às necessidades dos desafios, impõe um alinhamento estratégico das políticas públicas municipais com as políticas públicas nacionais.

Por fim, a circunstância de um maior desafio do nosso Concelho mas também do País, que é inverter a trajetória demográfica, é um desafio que é uma consequência de vários fatores e que implica que a sua resolução dependa da combinação de várias políticas públicas. Transversal a todas essas políticas é a necessidade de desenvolvimento e progresso que seja inclusivo e sustentável.

Não posso terminar sem invocar César Oliveira: Um homem que marca a nossa política autárquica com uma experiência que foi, como o próprio escreveu no seu livro “Anos Decisivos”, inesquecível, com sofrimento, suor e, até, lágrimas de comoção ao ver concretizado passo, a passo, pedra, a pedra, esforço, a esforço, um projeto de mudança, uma lufada de ar fresco.

Recordo, hoje, em que a pátria está de luto pela morte do Presidente Jorge Sampaio, a quem presto sentida homenagem, que na sua candidatura à Câmara Municipal de Lisboa foi seguido pelo seu amigo, César Oliveira, na candidatura à nossa Câmara Municipal.

César Oliveira será sempre uma referência na luta contra todos os tipos de miséria e na defesa de uma pátria de todos, com todos, e para todos.

Obrigado, a todos, e até breve!

Viva, Oliveira do Hospital! Viva, Portugal, nossa pátria antiga e soberana!”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje será um dos dias mais difíceis para mim porque passados quarenta e sete anos do 25 de Abril, quarenta e cinco anos depois das primeiras eleições livres e democráticas, termino hoje o meu mandato como Deputado Municipal.

Quero dizer que foi uma decisão própria porque entendi que era chegada a hora de me afastar e permitir que outros, mais novos, possam dar continuidade ao trabalho que tem sido feito ao longo dos vários anos.

Na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, pessoa que muito prezo, quero agradecer a todos os Presidentes de Assembleia Municipal que a antecederam e igualmente agradecer a todos os Deputados Municipais, todos os Presidentes de Junta, todos os Presidentes de Câmara Municipal e Vereadores. Alguns já partiram e, com todos, de uma maneira geral, mantive sempre uma boa relação porque eu sou uma pessoa de consensos. No calor da discussão algumas pessoas podem ter sobre mim uma ideia diferente. Tenho uma vida dedicada ao associativismo, sou há quase quarenta anos diretor dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital e nos últimos vinte e sete anos sou membro

efetivo da sua direção, participei em outras Associações, tal como o Caça e Pesca, o Futebol Clube de Oliveira do Hospital. Isso é a prova que sou uma pessoa de consensos e que sei ouvir.

Quero dar, mais uma vez, os parabéns à Sra. Presidente da Assembleia Municipal pela maneira como soube dignificar durante estes quatro anos o que é a função de uma pessoa que dirige uma Assembleia Municipal. Foi uma pessoa que tentou sempre fazer consensos mesmo quando estavam mais difíceis de se fazer.

É uma despedida como Deputado Municipal. Não é uma despedida como cidadão porque serei uma pessoa que continuarei a viver os problemas do meu Concelho e da minha cidade e porque não é necessário estarmos ligados aos órgãos para os quais somos eleitos para poder continuar a viver e a acompanhar os problemas do Concelho.

Para aqueles que nos venham substituir no próximo dia vinte e seis queria deixar um apelo: Que todos saibam continuar a dignificar o nome de Oliveira do Hospital. Oliveira do Hospital, hoje, é um Concelho que está no mapa de Portugal e ninguém nos confunde com Oliveira de Azeméis ou Oliveira do Bairro como antigamente acontecia. Esse é o apelo que faço a toda a gente porque Oliveira do Hospital não mais pode parar.

Muito obrigado a todos e peço desculpa por alguma incorreção que possa ter tido alguma vez.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer, na pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, ao Executivo por uma obra que está a começar de ser realizada em Meruge e que há muito tempo vinha aqui reivindicar. É a obra para as ligações técnicas que nos preocupavam bastante devido à poluição que estávamos a fazer também para o leito do rio Cobral. Neste momento estão a decorrer os trabalhos a bom ritmo. É a empresa Amadeu Gonçalves Cura que anda a fazer esta obra, que não vai ser concluído no meu mandato, mas é uma obra que já não vai ter volta a traz.

Quero agradecer também pelo apoio financeiro para a construção do polidesportivo de Nogueirinha que era uma obra reivindicada há muito tempo. Infelizmente os trabalhos atrasaram porque há falta de matéria-prima devido à pandemia mas é uma obra que está quase em fase de conclusão.

Nestes quatro anos muito pouco se fez e reconheço que quando nos candidatámos ninguém previa que isto ia correr desta maneira: Primeiro, foram os incêndios e, depois, as intempéries e a pandemia. Mas não deixámos de fazer um excelente trabalho no apoio que prestámos às pessoas porque, logo a seguir ao dia dos incêndios, fizemos um levantamento exaustivo dos danos e prejuízos em toda a freguesia, para que, depois, quando houvesse a possibilidade das candidaturas para os prejuízos causados, ninguém ficasse para trás. É evidente que os apoios não foram suficientes para todos os prejuízos causados mas, pelo menos, penso que não deixámos ficar ninguém para trás e, isso, foi graças, também, à forma como dirigimos os trabalhos e à forma como estávamos atentos às necessidades da população e em dar-lhes todo o apoio.

Ainda tentámos fazer a remodelação do moinho do lagar e da casa de apoio mas, devido ao PDM, não era possível fazer o que estava no projeto. Tentámos fazer o projeto só para colocar os telhados, e o projeto ficou em fase de conclusão, mas já não temos hipótese de o fazer mas quem vier também terá alguma coisa para fazer.

Muita coisa fica feita e, quem vier, e, se quiserem, podem dar continuidade a alguns trabalhos e começar logo a trabalhar.

Quero agradecer à Câmara Municipal e a todo o seu Executivo porque sendo eleito numa lista da CDU, embora como independente, nunca senti qualquer tipo de discriminação e sempre fui tratado com respeito e lealdade dentro desta casa. Deixo este agradecimento público a todo o Executivo e também à bancada que sempre me estimou. Ganhei, aqui, muitos amigos.

Muito obrigado a todos!”

Seguidamente foi dada a palavra à Sra. Deputada, Maria Alice Antunes Mendes Gouveia, que fez a seguinte intervenção:

“Quero aproveitar esta minha última intervenção para clarificar que a minha forma de estar, agir e intervir nesta Assembleia foi sempre de acordo com a minha consciência, princípios e principalmente tendo em conta que estamos aqui para servir os interesses daqueles que não têm voz e que confiaram em nós.

Continuarei atenta, em nome pessoal, ao desenvolvimento do Concelho, à criação de postos de trabalho que permitam a fixação de jovens e ao apoio da Autarquia para o bem-estar dos Oliveirenses, independentemente das suas opções políticas.

Agradeço a forma como fui acolhida pelos Membros desta Assembleia e desejo muito sucesso, empatia e espírito de entrega aos Membros da próxima Assembleia Municipal.

Grata pela vossa atenção!”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais nada devo dizer que é para mim uma honra estar, hoje, nesta Assembleia Municipal. Não, porque é a última deste mandato. Não, por aquilo que todos aqueles que me têm aqui antecedido tenham falado mas por uma questão muito simples e que até agora ninguém ainda ressalvou, e eu vou fazê-lo: Termina, hoje, oito anos de mandato autárquico nesta Assembleia Municipal, e é a primeira vez que a Mesa da Assembleia Municipal é constituída por três mulheres.

Acho que é da mais elementar justiça reconhecer que, hoje, efetivamente, e pela primeira vez, aqui, três mulheres presidem a esta Assembleia prestando o melhor de si e honrando todos aqueles que antes delas ocuparam aqueles lugares. Esta é a minha primeira intervenção.

Segunda questão, e não encarem isto como cinismo, porque se há uma coisa que eu não sou, é cínico. Aquilo que tenho para dizer, eu digo, seja para quem seja e, às vezes, com uns decibéis acima do recomendado e, por isso, peço também a vossa indulgência.

Mas, devo dizer-vos, hoje, sinto-me um bocadinho como um corredor na última etapa da volta a França: Na última etapa da volta a França já sabemos que o camisola amarela vai chegar aos Campos Elísios e vai receber a coroa de louros e, então, vamos todos em conjunto, ninguém foge, há uns que dão umas pedaladas mais à frente para mostrar a camisola e para se mostrarem à família mas, depois, vamos todos abraçados por ali abaixo, e a beber o champanhe, e é importante que isso aconteça. É bom que isso aconteça!

Eu, hoje, sinto-me um bocadinho assim, e estranho! Devo dizer que estranho porque acho que obviamente estamos todos aqui para discutir, e ainda não acabou o mandato, ainda falta qualquer coisinha, e ainda haverá algumas coisas para dizer.

Há uma coisa que ressalto, aqui, e faço questão de ressalvar nesta intervenção porque é importante, e todos aqueles que estão aqui nas mesmas condições deveriam ter a hombridade, a honestidade e, sobretudo, se calhar, a humildade de reconhecer. Refiro-me especificamente ao Sr. Presidente de Junta,

ao Sr. Aníbal, que veio, aqui, dizer duas coisas fundamentais: Primeiro, ele próprio, que não foi eleito nas listas do PS, não é uma das Juntas de Freguesia da mesma cor política que o Executivo Municipal, referiu as dificuldades do mandato devido aos incêndios, às intempéries e à pandemia. Há pessoas nesta sala que se esqueceram disso, que negam isso. Estamos numa fase em que também o negacionismo está na moda e há quem o faça também aqui dentro.

O Sr. Aníbal, hoje, aqui, disse claramente que sentiu grande dificuldade, enquanto Presidente de Junta, exatamente porque estas três situações de alguma maneira refletiram-se negativamente naquilo que foi a sua gestão autárquica.

Meus amigos, não é só o Sr. Aníbal que sentiu grande dificuldade, todos vós, Presidentes de Junta, o sentiram e sobretudo todos quantos naquela Mesa representam o Executivo, também o sentiram. E dizer, como aqui já foi dito várias vezes, “*não se venham desculpar com isso. Isso agora serve de desculpa para tudo*”. Meus amigos, isto, sim, é cinismo!

Segunda questão interessante e importante e que é fundamental ressaltar na intervenção do Sr. Aníbal: Enquanto Presidente de Junta, eleito por uma força política diferente à deste Executivo, sempre foi tratado sem qualquer tipo de discriminação, com justiça e com lealdade.

Mais uma vez, todos os Presidentes de Junta que estão sentados nessas cadeiras, se forem honestos, se forem humildes e se não estiverem aqui para enganar ninguém, devem dizer o mesmo porque, se não o disserem, faltam à verdade.

Finalmente, quero dar-vos duas pequenas notas: Congratulo muito que o líder partidário da dimensão do Eng. Rui Rio tenha vindo ao nosso Concelho. Gostei muito de o ouvir falar, nomeadamente quanto à questão do IC6, e dizer que este Governo nada fez em relação ao IC6. Gostei bastante de o ouvir! Estranhamente não o ouvi dizer que nenhum dos seus Primeiros-Ministros e nenhum dos seus Ministros fez nada para que fosse projetado e construído um único milímetro do IC6. Lamentei não ouvir isso! Ainda assim fico contente por ter cá vindo e, talvez, da próxima vez que cá venha, talvez, já não como líder partidário porque possivelmente isso acabará rapidamente, já possa fazer o IC6.

Finalmente e para terminar, uma última nota: Estamos, aqui, numa Assembleia Municipal de um ciclo de três mandatos. Três mandatos liderados, enquanto Presidente, pelo Prof. José Carlos Alexandrino, à frente desta Equipa autárquica e deste Executivo Autárquico. Em doze anos, efetivamente, mudou o Concelho e mudou cada uma das nossas Freguesias para melhor. Mais uma vez, devemos reconhecê-lo se estamos aqui de boa-fé.

Tivemos três mandatos completamente distintos: O primeiro marcado claramente pelas questões da troika, pelas imposições e pelas limitações financeiras que foram impostas a todos os Municípios, e às quais o nosso obviamente não foi estranho, e limitou e restringiu a ação do Executivo Municipal;

O segundo mandato, esse, sim, de alguma expansão e de algum folgo que nos permitiu, efetivamente, mudar muita coisa;

Finalmente um terceiro mandato que, fruto das situações que aqui já foram referidas, se tornou um mandato dramático e que não foram cumpridos os mínimos que o próprio Executivo Municipal pretendia.

Ainda, assim, Srs. Deputados, devo dizer-vos que em doze anos esta equipa que aqui está, liderada pelo Prof. José Carlos Alexandrino, consegue ter menos quatro milhões de euros de compromissos do que tinha quando aqui chegou, foram pagos quatro milhões de euros de responsabilidades, nomeadamente responsabilidades bancárias, e tem neste momento em execução cerca de quinze milhões de euros em obras no Concelho.

Alguém, com as limitações que teve no exercício destes três mandatos, conseguiu mudar, a face do Concelho e a face das Freguesias e ainda consegue diminuir quatro milhões de euros no passivo e ter, neste momento, quinze milhões de euros de obras em execução, fez de facto um bom trabalho.

Muito obrigado!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“O ar que respiramos aqui há doze anos e termina hoje após três mandatos é um ar novo, é um ar diferente, é isso que eu sinto e sei que todos vocês também sentem.

Já foi referido que temos aqui três mandatos diferentes: O primeiro mandato com o problema da troika; O segundo mandato praticamente normal; O terceiro mandato com três problemas que todos sabemos, as tempestades, os incêndios e a pandemia.

Agora, também já foi dito, há obra, há um bom sentir em Oliveira do Hospital, há um gostar de aqui viver e isso só é possível porquê? É pelo ar diferente que respiramos.

Podemos considerar, aqui, uma coisa muito simples: O antes de José Carlos Alexandrino e o durante de José Carlos Alexandrino e do seu Executivo e das pessoas que o acompanham. Eu e outros que estão aqui, como, por

exemplo, o meu amigo Raul Dinis, conhecemos os dois momentos, o antes e o durante de José Carlos Alexandrino, e sabemos, bem, fazer a diferença.

Venho para uma Assembleia Municipal com gosto, sinto-me bem, e sinto que gostam de nós. Eu não sentia isso há doze anos. Hoje somos todos tratados por igual, nomeadamente as Freguesias, e são todos recebidos. Há humanidade, há um sentir social.

Hoje aprovamos um voto de pesar pelo falecimento de Jorge Sampaio que foi um excelente humanista e eu digo que temos um Presidente e um Executivo humanista e que se preocupa com os Oliveirenses, coisa que não existia.

Todos já perceberam que há uma mudança de paradigma, uma mudança de ligação com os Oliveirenses e uma mudança de sentir total dos Oliveirenses.

Quero transmitir à nossa Presidente da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce Pássaro, e para sempre nossa Ministra, um abraço muito amigo e fraterno. Dizer-lhe o meu sentir, e acho que o posso fazer em nome de todos. É e será sempre uma excelente amiga, uma excelente Presidente. Foi com muito gosto que a tivemos como Presidente da Assembleia Municipal.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, acho que fez a mudança clara que o Concelho precisava. Temos essa mudança aqui e que vivemos todos os dias e não são só questões físicas. Há mais obra, há mais vias de comunicação, fomos a todo o lado, fomos às terras mais recônditas. É o sentido de receber toda a gente, falar com toda a gente uma palavra amiga e sentida. Isso é que é importante. Sabemos, se tivermos um problema qualquer na vida, seja de cariz social, seja de cariz próprio, seja até Municipal, sabemos que temos um amigo e, isso, é que mudou e, por isso, também um grande abraço de amizade sentido ao Prof. José Carlos Alexandrino. Estendo este abraço de amizade a todos.

Para aqueles que vão continuar quero transmitir o gosto de os cá ter e vamos continuar a estar uns com os outros. Para aqueles que saem eu espero encontra-vos em Oliveira do Hospital.

A todos, muito obrigado!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. João Luís Oliveira Figueiredo Ramalhete de Carvalho, que fez a seguinte intervenção:

“Nesta que é a nossa última Assembleia Municipal, gostava de começar por saudar todos aqueles que hoje cessam funções. Estou absolutamente convicto que todos, sem qualquer exceção e independentemente da cor política

pela qual fomos eleitos, demos o melhor de nós nesta casa da democracia e em prol da terra que todos amamos.

Na pessoa do Sr. Agostinho Marques, cumprimento e saúdo todos os Presidentes de Junta de Freguesia que cessam funções, nunca sendo demais enfatizar e realçar o extraordinário papel que as Juntas de Freguesia têm no apoio às populações.

Na pessoa do Sr. João Esteves, pessoa que eu desde muito criança muito estimo e admiro, saudar todos os deputados da oposição e todos os deputados que construtivamente desempenharam o seu papel e que também hoje cessam funções.

Estou certo merecer a tolerância de todos ao enfatizar o papel da Sra. Presidente da Assembleia Municipal na condução destes nossos trabalhos.

Sra. Eng.<sup>a</sup> Dulce Pássaro, devo dizer-lhe, que foi um exemplo o rigor, a isenção e a parcimónia com que geriu esta casa. Deixa um lugar muito difícil de preencher porque quem quer que lhe suceda, e espero que seja o meu amigo José Carlos Alexandrino, terá de se empenhar para cumprir o seu legado.

Por fim quero realçar o trabalho do Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino, e, como sei que ele não liga nenhuma a estes elogios que todos lhe estamos a fazer, fui reler o seu discurso de tomada de posse em 2009 que creio traduzir bem o que foram os seus doze anos de governação e, passo a ler: *“Espero, ainda, e tudo farei para incitar e merecer uma cooperação institucional efetiva entre todos os eleitos desta Assembleia Municipal e podem ter a certeza que serei um Presidente de todos vós e um Presidente de porta aberta. Se entre nós houver quem procure semear o conflito, fiquem a saber que o nosso povo irá julgar-nos por aquilo que conseguirmos construir e não pelo que destruámos.*

*Os nossos desafios podem ser novos, os instrumentos que temos para os enfrentar podem ser novos, mas os valores dos quais depende o nosso sucesso, honestidade, o trabalho árduo, a coragem, a tolerância, a curiosidade e a lealdade, estes, são antigos. Estas são coisas verdadeiras.”*

Creio que estas palavras traduzem aquilo que foram doze anos do seu mandato, em que foi um homem de consensos, em que foi um homem amplamente reconhecido por todos os autarcas da região, e bem traduzido na Presidência da Comunidade Intermunicipal onde as oitenta e oito localidades do nosso território se viram representadas, onde o clima de terror que muitas vezes se vivia nesta Câmara Municipal cessou e, hoje, temos de facto, um bom ambiente, onde não deixámos ninguém para trás, onde apoiámos as famílias,

onde demos a mão a quem mais precisava. Exemplo disto, hoje, é até o candidato do PSD que muito beneficiou da sua ajuda, e, tudo isto, sem comprometer o rigor das contas públicas, a transparência e a obra feita, e que é por demais evidente.

Tenho a plena consciência do preço que pagou ao longo destes anos, das críticas que lhe dirigiram, do quanto o julgamento negativo de que muitas vezes foi alvo quanto à sua participação ou desempenho no governo da Câmara Municipal o incomodaram por injustas, da incompreensão quanto às suas reais motivações que foram, apenas e só, servir o nosso Concelho.

Mas, perdoar-me-ão, tenho também a certeza que foi preponderante, algumas vezes num caminho solitário para a afirmação de Oliveira do Hospital, para a afirmação eleitoral do Partido Socialista, para a ação determinada deste Município e para a criação de condições que garantam aos nossos filhos e aos nossos netos uma vida melhor do que aquela que encontrámos.

Hoje, que é a nossa última Assembleia Municipal, tenho a mesma crença inabalável com que iniciei este caminho em 2009 consigo, com a mesma convicção no acerto do projeto que esta equipa tem levado a cabo no governo da nossa terra, com a mesma convicção, permitam que o diga, que o Francisco Rolo será o líder que o Concelho necessita nesta época de tormentas e dificuldades e também de muita esperança. E também com a afirmação da minha total lealdade, sinceridade e solidariedade com o Executivo Camarário. Creio que todos nós pugnámos para que este Concelho fosse um pouco melhor e estes quatro anos foram extraordinariamente difíceis e, de um modo geral, creio que demos todos o nosso melhor.

O Sr. Presidente terminou o seu discurso de tomada de posse em 2009 citando o poeta: *“hoje a vigília é nossa”*.

Pois, aqui estamos, para lhe agradecer o caminho que tomou, o Executivo que liderou, os seus Vereadores fizeram de facto um trabalho extraordinário, e dizer-lhe que, a partir de vinte e seis de setembro, a vigília será de outros, mas estaremos todos juntos na construção do nosso Concelho.

Muito obrigado!”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Já muita coisa aqui foi dita e em que eu me revejo completamente. Estamos no fim do mandato. Estamos no fim do mandato e iremos ter no dia vinte e seis as eleições autárquicas.

Deixem-me que vos diga uma coisa, porque nós estamos num órgão político e quando vimos para este órgão obviamente vimos, uns de uma forma e outros de outra, fazer política. Fazer política acreditando sempre que as nossas convicções estão a ser colocadas ao serviço das nossas populações, mas, por vezes, lá fora, ouvimos dizer e comentar que a atividade política é uma treta, são todos os mesmos, são todos iguais, são desonestos, são corruptos. Enfim, diz-se tanta coisa! Diz-se tanta coisa a respeito dos políticos que, às vezes, sinceramente, dói-me. Dói-me particularmente a mim porque nunca estive com esse espírito.

Por isso, digo, e isto já é dito há muito tempo, que a prática da atividade política é uma prática nobre. A política, o exercício político é uma atividade nobre, como ainda há pouco alguém aqui disse, desde que os protagonistas dessa atividade política o façam com seriedade, com honestidade, com grande espírito de missão, a favor de toda a gente.

Bom, meus amigos, é esse o espírito, no meu entender, que todos nós, quer sejamos nós que estamos aqui quer outros que estão lá fora a exercer a prática política, é essa a visão que eu tenho do exercício da prática política.

Não vou falar aqui naquilo que foi, desde 2009 até aqui, o desenvolvimento deste Concelho. Não vale a pena! Já foi aqui dito e não vale a pena tornar a dizê-lo. Toda a gente sabe, os Oliveirenses sabem-no e nós, aqui, se formos sérios e honestos também o sabemos reconhecer e dizer. Mas não foi só a questão dos investimentos. Os investimentos são importantes porque fazem-se coisas que são necessárias à nossa população, que são anseios e expectativas delas. Nós sabemos e temos consciência disso! Mas independentemente disso, o que é importante para além disso é a resolução, e tantos seguramente foram resolvidos nestes doze anos. Tantos! Milhares! Seguramente milhares de problemas complexos que chegaram a esta casa para serem resolvidos, e eu acredito que eles foram resolvidos. Se calhar, não se resolveram todos, mas a grande maioria dos problemas foram resolvidos.

Mas também tem a ver aqui outra questão que mudou desde 2009 até hoje. Foi a aproximação dos munícipes à sua classe política que estava dentro desta casa, os eleitos que eles elegeram. A grande aproximação que foi feita, e que não existia antes, e toda a gente sabe que isto era assim, e não é por acaso que se diz, e é verdade, que a Câmara Municipal passou a ser uma Câmara de

porta aberta para toda a gente sem exceção. Quem estiver seriamente e honestamente na política tem que reconhecer, e deve reconhecer, que nunca foi dado tanto apoio àqueles que são os mais desprotegidos deste Concelho, àqueles que têm mais sensibilidade, àqueles que são os mais pobres. Nunca, como nestes doze anos, foi feita coisa igual neste Concelho, com um espírito solidário com as pessoas que precisam. Mas isto foi feito não só pelo Presidente da Câmara Municipal mas foi feito também por toda a equipa que o acompanha e que tem estado ao longo destes anos aqui com ele dentro da Câmara Municipal.

Não me quero alongar muito sobre isto porque quem estiver de boa-fé, quem estiver de uma forma séria e honesta na política não pode, nem deve, deixar de reconhecer isto. Podemos criticar o Executivo e, a oposição está aí para o fazer, logicamente, e nós também, para reconhecer que, se calhar, falharam neste ou naquele ponto, neste ou naquele campo. É óbvio que ninguém consegue fazer tudo bem. Ninguém consegue responder a todas as expectativas que toda a gente tem lá fora, por mais perfeito que seja, por mais boa vontade que tenha. Nós sabemos que é assim que as coisas funcionam!

Eu também sou Presidente de Junta, como estão aqui outros, e sabemos bem como é que as coisas funcionam porque estamos muito próximos das nossas populações e sabemos que não conseguimos e que somos impotentes, por vezes, para resolver tudo, e mesmo com a ajuda da Câmara Municipal, porque não é possível.

Meus amigos, desejo boa sorte àqueles que são candidatos nestas eleições autárquicas e àqueles que por ventura deixam de ser desejar-lhes boa sorte na sua vida e saúde.

Sra. Presidente da Assembleia Municipal, quero fazer aqui uma referência à Senhora, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, uma pessoa que nós convidámos há quatro anos e que nos deu aqui uma grande lição. Foi uma Presidente da Assembleia Municipal que esteve aqui com um grande sentido de responsabilidade acerca do seu Concelho. Conduziu sempre esta Assembleia com uma grande elevação e com uma grande isenção. Temos que o reconhecer! E também sabemos que, por vezes, teve o mérito de saber estabelecer aqui algumas pontes por forma a que esta Assembleia não pudesse por ventura descambar um pouco num ou outro radicalismo, e a Senhora fez isso muito bem, e deu-nos aqui uma grande lição, não há dúvida nenhuma, e eu quero agradecer-lhe por isso.

Quanto ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Sr. Presidente da Câmara Municipal, foram doze anos que estivemos juntos nisto. Não foi fácil para si,

nem para o seu Executivo, mas há uma coisa que eu sei, e eu acho que os Oliveirenses lá fora também o reconhecem: O Senhor esteve aqui, desde 2009 até hoje, com grande espírito de visão sobre o Concelho, teve uma grande ambição para o Concelho e isso está demonstrado lá fora. E teve aqui duas coisas que para mim são fundamentais: O espírito de luta e o inconformismo que teve para lutar e resolver tantos problemas do seu Concelho que eram dependentes de resolução a outros níveis superiores e governamentais e não só. Sei que foi um homem inconformado e com um grande espírito de luta e, é assim que deve ser um Presidente da Câmara Municipal, no meu entender.

Bom, meus amigos, termino dizendo: O poeta dizia que “*vale sempre a pena quando a alma não é pequena*”.

Eu digo e acrescento outra coisa: Lutar, e neste caso pelo nosso Concelho, vale sempre a pena quando a alma não é pequena, e seja de quem for. E há uma coisa que também é preciso termos noção, é que só perde efetivamente quem desiste de lutar e eu seguramente acredito que temos aqui pessoas que não vão desistir de lutar pelo nosso Concelho.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Sra. Presidente da Assembleia Municipal, quero agradecer a paciência que teve comigo durante este mandato. Apesar de não ser um membro efetivo bem sei que às vezes me excedi mas, penso que chegámos sempre a algum entendimento, a bem de todos. Agradeço o trabalho que fez à frente desta Assembleia Municipal porque independentemente da ideologia partidária há que reconhecer o espírito e o seu foi nobre.

Hoje, obviamente, a maior parte de nós está numa situação de fim de mandato, alguns continuarão futuramente e outros não, são as vicissitudes do ato eleitoral.

Já foi dito e vou repetir, efetivamente a política deve ser, e eu penso que nós todos devemos fazer o esforço para que seja, um ato nobre. E um ato nobre refere-se a termos nobreza de espírito, nobreza de carácter, a dizer as coisas na cara das pessoas com toda a lealdade, com toda a frontalidade, sem subterfúgios, sem qualquer ocultação de dados, ou do que quer que seja. Isso é nobreza e é o espírito que devemos ter até na luta que se avizinha, na disputa eleitoral que se avizinha.

Caro Eng.º Carlos Maia já nos conhecemos há uns anos, sabe perfeitamente com o que é que conta do nosso lado, pelo menos da minha parte,

e também sei certamente o que conto da sua parte. Obviamente penso que isto será extensivo a todos os elementos que aqui se encontram na Assembleia porque de grosso modo todos nos conhecemos e certamente conseguimos olhar, todos, olhos nos olhos, cara na cara, uns dos outros, sem qualquer problema e sem qualquer afronta. O resto, é da vida! Vamos a votos e o povo decidirá.

Relativamente àquilo que aqui também me traz, há uma coisa que nós não podemos deixar de falar, que eu compreendo que constantemente aqui se fale: Há uma Oliveira do Hospital de há doze anos e há o agora.

Meus caros amigos, falar disso, falar de doze anos atrás, mas há doze anos algumas das pessoas que aqui estão hoje presentes andavam na escola primária, sejamos honestos, e, por isso, aquilo que nós temos de pugnar é que hoje, e de hoje para a frente, cada um de nós tenha a nobreza de espírito e a elevação para que realmente a Câmara Municipal esteja sempre de portas abertas, que faça um trabalho digno, que receba as pessoas, seja qual for o resultado.

Deixo também aqui o repto, seja para quem for que continue a liderar os destinos do nosso Concelho, e obviamente eu não estou a fazer qualquer crítica ao Município. É o que é! O que se passou em 2017 obviamente foi um incêndio terrível e infelizmente ainda não conseguimos dar a cabal resposta sobre a reflorestação do nosso Concelho. É sem dúvida algo que terá de ser urgente e que se trate de uma forma séria e todos realmente unidos para que isto surta um bom efeito porque pouco interessa andarmos aqui a esgrimir argumentos, esgrimir se é esquerda, se é direita, se é PS, PSD, CDS, CDU, isso, pouco interessa, se realmente já não tivermos nada para cuidar.

Importa também que se faça um balanço, passados quase quatro anos desses incêndios, sobre as construções que ocorreram, sobre o que é que isso significou para a população e também a nível da repercussão que teve sobre as suas vidas. As próprias pessoas que de uma forma ou de outra ou porque legalmente não foi possível fazer reconstruções, que seja feito também esse apoio.

Deixo ainda um repto, que é uma coisa que desde o início deste mandato eu costumo falar e que acho que é fundamental: Esta é a casa da democracia e sendo a casa da democracia e para ser uma democracia mais representativa devemos tentar que estas reuniões, e isto é apenas a minha opinião, não sejam feitas numa sexta-feira à tarde. Efetivamente quem está na política tem que perceber o que é que isso representa mas, por outro lado, constantemente temos elementos a faltarem porque têm questões profissionais e não podemos

obviamente esquecer isso. Todos os partidos e os próprios Presidentes de Junta muitas vezes têm problemas para resolver à sexta-feira e acabam por ter alguma dificuldade por causa de termos estas Assembleias. Por isso, quanto mais participativa for, melhor. Deixo esse repto também ao Prof. José Carlos Alexandrino, que é candidato, já o deixei ao nosso candidato, e esperemos que possa ser mudado.

Por último, quero agradecer a todos a paciência que tiveram comigo. Bem sei que às vezes me posso exaltar um pouco mais mas, isso, é da vida. Quem se exalta não o faz só por berrar, não o faz por má educação, pelo menos eu não me sinto mal-educado, é apenas porque se apaixona pelos problemas e é assim que devemos estar todos e penso que estivemos todos assim. E findando este mandato o que será importante realmente é que cada um de nós se possa cumprimentar novamente cara a cara, olhos nos olhos, tomar um café. É importante que isso aconteça e que não haja amarguras que não sejam mesmo as que terminam aqui dentro.

Muito obrigado!”

Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços, Sr. Nuno Filipe da Cruz Marques Rodrigues de Oliveira, que fez a seguinte intervenção:

“Caber-me-ia dirigir aqui algumas palavras até porque são doze anos de exercício autárquico, principalmente de algo que me congratulou e que foi servir os que nos são mais próximos e, isso, de certa forma orgulha-me porque enquanto jovem e Oliveirense nada melhor que darmos um pouco de nós em prol dos outros.

Não vou falar dos últimos oito anos. Assim, sucintamente falar disto que foi uma dureza nestes quatro anos e, mais de tudo, uma prova de vida para todos nós, sem exceção, e que eu gostava que servisse de exemplo também a todos os níveis. Contudo cá estarei eu também para continuar a contribuir para uma sociedade melhor não só aqui em termos de prática política, a tal proximidade, mas também principalmente em termos cívicos e sociais.

Quero agradecer publicamente a todos os meus colegas do Executivo, a todos os Membros da Assembleia de Freguesia, sem exceção, pelo contributo que todos deram para o elevar da prática política de representatividade local. Acredito que saímos todos de consciência tranquila.

Também a todos os profissionais desta União de Freguesias o meu muito obrigado e o reconhecimento e agradecimento público.

Quero agradecer à Sra. Presidente da Assembleia Municipal pelo grande serviço que prestou a esta Assembleia. Aliás, outra coisa não esperava! Mais do que uma Presidente uma grande mulher e um exemplo para mim.

A vós, meus colegas aqui na Assembleia, o meu obrigado por esta partilha não só política mas, mais do que tudo, também cívica e social. Saibamo-nos respeitar sempre, principalmente na divergência de opinião. Só assim podemos continuar a ser mais-valias para esta sociedade. Afinal, todos zelamos por um Concelho melhor e mais digno.

Ao Executivo Municipal, e em nome do Sr. Presidente José Carlos Alexandrino, quero agradecer pelo contributo que deram ao zelar pelo bom nome de Oliveira do Hospital, principalmente para a melhoria das condições de vida de todos os Oliveirenses. Só com uma grande entrega, só com seriedade e proatividade, uma grande capacidade de decisão e perspicácia isso foi possível. Claro que fica sempre algo por fazer mas a vida é mesmo isso, um processo de continuidade.

Contudo, José Carlos Alexandrino ficará na história como o Presidente que mais desafios teve pela frente e que mais desafios ultrapassou. O zelar pelas nossas gentes, por um Concelho melhor e do qual todos tenhamos orgulho em pertencer é hoje uma tarefa cada vez mais árdua mas também gratificante.

Por fim, dizer o seguinte: Uma política com elevação só se faz com respeito mútuo. Somos pequenos demais e a vida é curta demais para perdermos tempo com o fútil. Se queremos uma sociedade melhor temos também de dar esse exemplo.

Um bem-haja, a todos e, mais do que tudo, saúde!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, Sr. Rui Jorge Campos Coelho, que fez a seguinte intervenção:

“A minha vinda aqui é também, no seguimento de todas as outras intervenções, para trazer um sentimento que também faz todo o sentido na política e tenho-me apercebido que ele tem vindo a desaparecer. Esse sentimento chama-se gratidão.

Em nome de todos os habitantes da União das Freguesias de Penalva de Alva e São Sebastião da Feira, trago aqui esse sentimento, essa gratidão, porque somos gratos por tudo o que este Executivo fez por nós. Sentimos isso nos incêndios, sentimos isso nas tempestades Elsa e Fabien, nas enchentes, sentimos as pessoas presentes à meia-noite, às duas da manhã, às sete da manhã, sempre

junto de nós. Durante a pandemia levámos medicamentos, levámos refeições, levámos tudo o que as pessoas necessitavam e, por isso, a palavra gratidão ficará gravada sempre na minha memória e dos habitantes da minha Freguesia.

Depois, também destacar a forma distinta como a Sra. Presidente da Assembleia Municipal soube conduzir os trabalhos ao longo deste mandato. Também acho que todos reconhecemos que foi uma forma diferente e que fazia falta a esta Assembleia alguém com esta postura, com esta delicadeza, mas também sabendo impor-se nos momentos em que era necessário. Portanto, Sra. Presidente da Assembleia Municipal, muito obrigado pela forma como conduziu os trabalhos.

Depois, e como disse há pouco o Dr. João Ramalhete, o nosso Presidente da Câmara Municipal dispensa os nossos elogios, mas queria só dizer que a história encarregar-se-á de o elogiar e de reconhecer todo o seu trabalho, a postura e a forma com que soube conduzir os destinos do Concelho.

Sr. Presidente da Câmara Municipal quero dizer-lhe que será sempre recordado como o Presidente do povo.

Muito obrigado!”

Depois foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje é a última Assembleia Municipal e não poderei deixar de dizer que tem sido uma honra e um gosto representar a minha Freguesia e trabalhar com todos vós. Tenho aprendido com todos, o que tem contribuído para eu ser melhor pessoa e desempenhar melhor as minhas funções. Estou grato a todos vós por me terem auxiliado também nessa tarefa.

Todos os adjetivos que eu possa tecer à atuação do Executivo da Câmara Municipal, liderado pelo Prof. José Carlos Alexandrino, e à Eng.<sup>a</sup> Dulce Pássaro, na condução dos trabalhos da Assembleia Municipal, serão poucos. Não há palavras e todos os adjetivos que eu possa dizer serão pequenos perante a grandiosidade do trabalho do Executivo da Câmara Municipal bem como da Presidente da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce Pássaro.

A Eng.<sup>a</sup> Dulce Pássaro é uma pessoa que joga na liga dos campeões da política e tem demonstrado bem a capacidade que tem e as funções que já desempenhou e ao mesmo tempo a humildade que demonstra no tratamento com todos, e sempre com grande imparcialidade e intervindo sempre que necessário

e, às vezes, até bastante firme para manter esta casa, que é a casa de todos, na ordem. Também com ela tenho aprendido muito.

Estou no final de mandato mas estou aqui cheio de força e vitalidade e com grande vontade de continuar a fazer mais e melhor.

Cheguei à Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo há doze anos, como Secretário da Junta, e hoje sou o Presidente da Junta. Sei como é que estava a minha Freguesia e sei como é que está a Freguesia hoje em dia e o Concelho também. É sentimento geral, por parte dos cidadãos da Freguesia de Nogueira do Cravo, que muito mudou, “passou do oito para o oitenta”, e há grande obra física no Concelho de Oliveira do Hospital e na nossa Freguesia também. É um trabalho notável executado pelo Presidente da Câmara Municipal e pelo seu Executivo. Melhorou a saúde, melhorou a escola pública e o ensino, melhoraram as infraestruturas de saneamento básico. Nem tudo está feito mas foi uma obra notável.

A maior obra que este Executivo tem é a obra humana. Nem todos têm aquilo que o Prof. José Carlos Alexandrino e os Vereadores que o acompanham têm e que é o coração. São pessoas que não são preconceituosas e tratam todos de igual forma, são pessoas de proximidade, são pessoas que sentem e conhecem os problemas a fundo do nosso Concelho e das nossas Freguesias.

Hoje o Concelho de Oliveira do Hospital está num patamar que nunca antes esteve. Oliveira do Hospital é conhecido e reconhecido, é uma marca, e o grande responsável por isso acontecer é o Sr. Presidente da Câmara Municipal, José Carlos Alexandrino e o seu Executivo. Mais uma vez digo, todos os adjetivos para caracterizar o trabalho notável que têm feito serão sempre pequenos perante a grandiosidade do trabalho que fizeram.

No calor das discussões políticas espero não ter ferido a suscetibilidade de ninguém. Sou amigo de todos e quero continuar a ser amigo de todos. Sou uma pessoa que não teço juízos de valor acerca de ninguém. Sou socialista, sou um patriota, sou uma pessoa com um espírito independente. Lá fora têm sempre um amigo à disposição para o que precisarem e estarei sempre aqui humildemente à disposição de todos.

Mais uma vez, agradeço a aprendizagem que tive com todos vós e desejo as maiores felicidades a quem está de saída e, para quem vai continuar, também desejo as maiores felicidades.

Saúde para todos e para as respetivas famílias.

Muito obrigado, foi um gosto ter trabalhado com todos vós!”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Terminámos as intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, que correram bem e que foram um pouco adaptadas ao final de mandato, mas é bom sentir que há afeto e respeito entre as pessoas, passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder às questões colocadas.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Hoje começaria de uma forma ligeiramente diferente. Quero prestar uma homenagem à Comunicação Social que nos tem acompanhado durante este percurso de doze anos e que acompanhou muitas vezes estas discussões e, diria, até, com algumas secas. Por isso, hoje as minhas palavras de agradecimento são para eles porque têm ajudado a projetar o nosso Concelho. Gostaria de destacar a Comarca de Arganil, na pessoa do Sr. Vasconcelos, a Folha do Centro, na pessoa da Dra. Margarida Prata, a Centro TV, na pessoa do Dr. Paulo Leitão e a Rádio Boa, nas pessoas da Dra. Liliana Lopes e Dra. Beatriz Cruz. Houve sempre uma relação de grande correção e respeito pelo trabalho que desempenham e pela sua independência. Penso que durante este percurso liguei uma vez à Dra. Liliana Lopes para corrigir uma notícia que tinha qualquer coisa irregular, e já foi há uns anos.

Depois daria a seguinte nota: Há aqui algumas perguntas que até são interessantes e que vou responder rapidamente e depois ficariam algumas coisas para o fim e responderia em jeito de balanço e de despedida.

Quero dizer-vos que não preparei nenhum balanço daquilo que nós fizemos porque poderia ficar aqui um dia a falar do que fizemos em doze anos mas, isso, fica para lançar num livro sobre recordações.

Ontem participei na última reunião do Conselho da Comunidade Intermunicipal, que se realizou em Mortágua, com um simbolismo em relação ao seu Presidente, ao Eng.º Júlio Norte que não vai ser recandidato. Às quatro horas da tarde já estava com o Sr. Reitor da Universidade de Coimbra também a fazer um discurso na Sala do Senado sobre um protocolo que assinámos da Comunidade Intermunicipal e eram oito horas da noite e já estava no hotel Quinta das Lágrimas no lançamento de um livro de lendas que é patrocinado pelo Inatel e pelos dezoito Municípios da CIM Região de Coimbra. Foi um dia muito cheio e à noite ainda pensei escrever um texto com dois ou três pontos

para ter aqui uma sequência em forma de despedida relativamente ao trabalho feito e acabei por não o fazer mas gostaria de confessar duas ou três coisas: Quem faz o que deve, a mais não é obrigado!

Nós tentámos, pelo menos, fazer o que devíamos. Muito mais do que ser um Presidente Presidencialista eu sou um homem muito mais de equipa, e tenho aqui algumas pessoas muito minhas amigas desde o passado, como o João Esteves. Como sabem, fui professor numa escola e estive na Caixa de Crédito Agrícola. Aos vinte e poucos anos já era Presidente da Sociedade Recreativa Ervedalense e, por isso, há um passado que também nos honra.

Isto para dizer que eu tive uma equipa forte. Podemos ter um grande jogador mas ninguém acredite que se ganham os jogos se depois tivermos jogadores fracos à volta desse grande jogador. Isso não é verdade!

Por isso, tenho que agradecer de uma maneira mesmo muito especial o trabalho de todos os meus Vereadores. Agradeço aos Vereadores que aqui estão, agradeço à Eng.<sup>a</sup> Teresa Dias, ao Dr. João Ramalheite, ao Dr. Manuel Garcia, ao Prof. Carlos Carvalheira. Também quero destacar aqui o papel do Eng.º João Paulo Pombo que participou sempre nas deliberações de Câmara e ajudou a encontrarmos soluções para o Concelho.

Depois, agradecer a todos os Deputados, e sobretudo aos Deputados do PS porque me senti muito confortável nesta bancada que tive neste último mandato. Foi uma bancada que defendeu muito o Presidente. Agradecer também a todos os Presidentes de Junta por todo o trabalho efetuado em conjunto.

Quero agradecer também ao Partido Socialista de Oliveira do Hospital porque sempre me apoiou nas minhas decisões.

No debate político às vezes somos excessivos, e eu também sou uma pessoa de excessos, e quando vejo o Deputado Rafael do CDS imagino-me com a idade dele e com a irreverência que eu tinha e de certeza que eu não era melhor do que ele na discussão política.

Queria deixar este agradecimento a todos mas sobretudo aos Vereadores que me acompanharam, à equipa muito consistente, num clima muito democrático, num clima da discussão política a dois níveis. Eu tinha dois grupos que ouvia: Um grupo mais alargado das pessoas que fazer parte do Gabinete para ouvir as opiniões e depois discutia-se e a partir daí construía-se. Depois um núcleo com os Vereadores a tempo inteiro, era outro tipo de reuniões onde as coisas depois eram mais filtradas. Também vos quero dizer que algumas decisões foram tomadas contra a opinião até da maioria dos meus Vereadores. Isso não quer dizer que não houvesse democracia porque eu ouvia-os, mas

também sabia e tinha consciência, e eles também, que as coisas quando correm mal quem leva as porradas todas é o Presidente e, por isso, algumas vezes decidi, bem, ou mal, mas sempre os ouvi.

Por isso, quero agradecer aos Vereadores Dr. José Francisco Rolo, Prof.<sup>a</sup> Graça Silva e Prof. Nuno Ribeiro que foram pessoas fantásticas e fizeram um trabalho fantástico de dedicação à causa pública. Eu diria que nós suspendemos muito as nossas vidas pessoais e, se calhar, também muitos Srs. Presidentes de Junta. Suspendemos as nossas vidas pessoais porque a nossa intenção era servir bem os Oliveirenses.

Se perguntarem se nós tivemos erros neste percurso, claramente que tivemos. Fizemos coisas bem feitas e fizemos coisas mal feitas. É da vida!

Como vocês, sabem, mal é quando uma pessoa não decide. Mas também tivemos os Presidentes de Junta que foram uma força real, e quero agradecer as palavras do Presidente da Junta de Freguesia de Merugue, Sr. Aníbal Correia e do Presidente da Junta de Freguesia de Avô, Enf.<sup>o</sup> José Carlos. Tivemos sempre uma grande correcção e lealdade porque estavam a servir o seu povo. De todos os Presidentes de Junta até hoje só houve um que me acusou que eu era sectário politicamente. Hoje não vou discutir isso, e o Presidente de Junta também não está presente, mas quero dizer que essa nunca foi a minha intenção e não me senti porque sei a forma como tratei os Presidentes de Junta e que também tratou todo este Executivo.

Deixem-me dar nota de alguns dossiês complexos, dossiês difíceis: Chegámos ao fim, não está tudo feito e há muito por fazer. O dossiê que talvez mais me tenha atribulado psicologicamente foi o problema da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, e não tenho medo de voltar aqui a referir: Se não fosse eu, este Executivo e um Ministro chamado Mariano Gago, que já faleceu, não havia hoje Escola Superior de Tecnologia e Gestão em Oliveira do Hospital. Disso eu não tenho dúvidas! O Dr. José Francisco Rolo acompanhou-me sempre. Houve uma reunião em Lisboa onde fomos falar com o Sr. Ministro Mariano Gago e saímos de lá com a certeza que a nossa escola estava defendida, e o Eng.<sup>o</sup> Rui Fernandes foi testemunha disso porque também acompanhou esse processo e também ajudou.

Quero também deixar uma palavra de agradecimento a todos os elementos do meu Gabinete, ao Artur Abreu, ao Nuno Seixas, à Lili Cid, ao Daniel e ao Henrique Barreto. Todos eles também colaboraram e fizeram parte desta equipa.

Também disse ontem no meu discurso na Comunidade Intermunicipal que o dossiê mais complexo que tive foi relacionado com o Instituto Miguel Torga, foi um dossiê que me tirou muitas noites sem dormir tal como a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.

O dossiê da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital foi altamente complexo porque a Escola Superior era uma coisa importantíssima para Oliveira do Hospital. Fizemos um projeto para as instalações novas e nunca lançámos o projeto por uma razão simples, é que não sabíamos se íamos ter escola, mas o próximo Executivo decidirá isso. E, por isso, foi um dossiê muito complexo, muito difícil, foi tratado com muita dor e cheguei a sentir-me um bocado perdido porque não estava nas minhas mãos, mas, como disse, dessa vez que reunimos com o Ministro do Ensino Superior, Mariano Gago, ele deu-nos a certeza que a nossa escola estava defendida.

Hoje o problema na área da saúde é outro problema que se arrastou muito e que também no tempo da troika, como sabem, no Governo do PSD/CDS-PP, chegámos a ter dezasseis mil pessoas sem médico de família, e isto é dramático. Temos aqui uma Sra. Deputada que é médica e que é testemunha disto porque reuni com ela a um sábado de manhã e sensibilizei-a para concorrer para cá, até porque ela ficava colocada onde queria porque era das primeiras da lista, e hoje também quero agradecer à Dra. Ana Marta por nos ter ajudado.

A área da Saúde está melhor mas ainda não está totalmente bem e não se percebe que a Administração Regional de Saúde dê mobilidade a uma médica sem colocar outra.

A área da saúde também foi muito dolorosa e tivemos que lançar a Unidade Móvel de Saúde porque havia um conjunto de idosos, sobretudo nas localidades mais distantes da sede do Concelho, que eram diabéticos e não tinham quem lhes passasse uma receita e, hoje, isto está mais amenizado. Depois, o fecho do atendimento permanente e estas lutas constantes foram um grande desgaste. Foi também um dos dossiês que, na minha opinião, nos deu bastante trabalho.

Temos ainda um dossiê que eu gostava de ver resolvido, e todos nós gostávamos de ver resolvido, e que é o problema do IC6. A Eng.<sup>a</sup> Dulce Pássaro tem sido uma pessoa extraordinária e tem dado uma grande ajuda neste percurso de luta política e ajudou a compatibilizar-me com algumas pessoas para que houvesse respostas.

Acredito sinceramente que o IC6, até 2026, vai ser uma realidade em Oliveira do Hospital. Não é um discurso eleitoralista, e eu posso-me enganar,

mas o Ministro Pedro Nuno mostrou uma grande determinação e também a Dra. Ana Abrunhosa foi uma pessoa influente.

Há aqui um problema que nós não conseguimos resolver individualmente, e que alguém abordou, e que é o problema da demografia. Nós somos o quinto Concelho no distrito de Coimbra: Primeiro é Coimbra; Segundo é a Figueira da Foz; Terceiro é Cantanhede; Quarto é Montemor-o-Velho e depois é Oliveira do Hospital.

Mas deixem-me dizer o seguinte: Como sabem, tenho uma relação ótima com todos os Presidentes de Câmara que fazem parte da Comunidade Intermunicipal da região de Coimbra, e que são de partidos diferentes, mas se vocês compararem o Concelho de Oliveira do Hospital com Concelho de Coimbra percebem que a demografia não é um problema do interior e do litoral. Dou-vos um exemplo de um concelho com um grande desenvolvimento que perdeu população, é um Concelho liderado pelo PSD, e que perdeu 6,5 % da população.

Dizer ainda que o Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra não tem as mesmas condições que o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. O Presidente da Câmara Municipal da Pampilhosa da Serra tem muito piores condições no seu território em relação ao território de Oliveira do Hospital e, por isso, não podemos comparar a Pampilhosa da Serra com Oliveira do Hospital ou Góis mas podemos comparar outros territórios do litoral.

A questão da demografia, não é uma questão relacionada com os Presidentes de Câmara, é uma questão de políticas nacionais que têm que se inverter para resolver este problema e é um grande desafio para todos os autarcas e um desafio sobretudo para o Governo. Esta é uma questão que me preocupa porque precisamos de gente nos nossos territórios.

O que acabei de referir não é para me desculpar porque eu também não gostaria de ter esta percentagem de perda de população mas podem ver nos Concelhos que fazem parte da CIM qual foi a percentagem de população que perderam.

Como já disse, cada um dos Concelhos tem as suas condições mas há um Concelho do litoral que tem duas auto-estradas, é muito mais desenvolvido do que Oliveira do Hospital, considero-o bem governado pelo PSD, e perdeu 6,5 % da população, quatro décimas de diferença em relação a Oliveira do Hospital, e isso dá-nos que pensar!

Acho que também foi um mérito desta governação a capacidade de captar Fundos Comunitários. O próximo mandato terá dinheiro, não haverá dúvidas nenhumas, se calhar, mais dinheiro do que nunca.

Neste momento a Câmara Municipal tem cerca de dezassete milhões de euros em obras e eu gostaria de ter inaugurado algumas. Há obras que correram mal, o problema da pandemia alterou também isto. Parto com uma mágoa, por exemplo, de não ter inaugurado a Casa da Cultura, que era a única obra que eu gostava de inaugurar como Presidente, mas não foi possível, e também não morre ninguém, o que é preciso é que a obra se faça e isso é mais importante do que ser eu, ou outro, a inaugura-la. O mais importante é colocá-la o mais depressa possível ao serviço dos Oliveirenses, dando-lhes uma determinada qualidade de vida, trazendo cinema de qualidade, e fazendo protocolos com as distribuidoras. Precisamos da Casa da Cultura para a colocar ao serviço dos nossos Municípios como também precisamos do resto das obras.

Depois, acho que foi “uma pedrada no charco” a relação com as Juntas de Freguesia e a forma como as encarámos. Encarámos sempre as Juntas de Freguesia como nossos parceiros e, por isso, fez-se uma descentralização minimalista de competências e com a atribuição de algumas verbas, o que deu para dignificar mais as Juntas de Freguesia, como vocês sabem. Quero dizer-vos que vou pagar na próxima semana a segunda tranche dos subsídios para que as Juntas de Freguesia possam acabar e pagar as obras e deixar as vossas contas em dia.

O Sr. Luciano falou sobre o pagamento referente à recolha do lixo. Este pagamento é uma compensação pelo trabalho que as Juntas de Freguesia fazem. Por lapso não trouxe hoje este pagamento para deliberação da Assembleia Municipal mas terá que vir numa próxima Sessão, e quero pedir desculpa por isso.

Dizer ainda, acho que lançámos alguns programas que podem ter feito a diferença, nomeadamente os seguintes: O programa de Incentivo à Natalidade, onde se gastou cerca de um milhão de euros; O programa Casa Digna, neste programa não se gastou muito, foram cerca de quatrocentos mil euros; O programa OH+Saúde; As Bolsas de Estudo, com cerca de seiscentos mil euros. Quando chegámos à Câmara Municipal a verba destinada às Bolsas de Estudo pelo Executivo anterior era de cerca de oito mil euros e nós passámo-la para cinquenta mil euros durante estes anos todos, e quando há casos sociais levamos a atribuição dos subsídios à reunião de Câmara Municipal e os Srs. Vereadores têm votado sempre favoravelmente.

Depois, este último projecto, o OH+Saúde, que consiste no pagamento dos medicamentos às pessoas com menor recursos financeiros.

Nós acreditámos sempre, entrámos cheios de entusiasmo, como hoje ainda estamos, com uma esperança enorme de transformar Oliveira do Hospital num Concelho melhor, mas esse é o objectivo de qualquer Executivo que chega aqui.

Penso que tivemos algum mérito ao agarrar a estratégia de marketing de Oliveira do Hospital e acho que correu bem. Correu bem sobretudo porque agarrámos na Feira do Queijo e foi a nossa estratégia de marketing para vender o nome de Oliveira do Hospital. Acho que isso também foi muito bem conseguido.

Às vezes irritava-me um bocado porque confundiam o nome de Oliveira do Hospital e, hoje, chego aos Ministérios e toda a gente fala em Oliveira do Hospital. Oliveira do Hospital tem uma identidade própria e acho que tem mais a ver com a própria dinâmica do Concelho do que propriamente com a dinâmica autárquica.

Quero agradecer também a lealdade que os meus Vereadores tiveram comigo. Às vezes “fervo em pouca água” e é preciso alguma paciência para me aturarem. Tive sempre a parte financeira muito controlada e, às vezes, também os desiludi um bocado. Preocupei-me sempre com a área financeira na Câmara Municipal.

Deixem-me dizer outra coisa que também me chocou, até porque venho de uma família humilde, eramos quatro irmãos de uma família bastante pobre, e o João Esteves conhece-me bem até porque éramos vizinhos, mas houve uma coisa que os meus pais me ensinaram, e há uma coisa que às vezes nos fere, é quando colocam a nossa honra em causa. Vocês sabem que houve um conjunto de inquéritos do Ministério Público e investigações da Polícia Judiciária sobre esta Câmara Municipal. Uma pessoa falhar qualquer coisa e o seu nome ficar sujo, eu achava que era desrespeitar a memória dos meus pais. Se houve alguma injustiça que eu senti foi isso. Foram essas acusações num jornal que aí existe onde se colocava uma denúncia como se fosse uma verdade. Mas a verdade é a seguinte: Houve doze inquéritos e foram todos arquivados. Para mim isso foi muito importante e parto de consciência tranquila.

Também vos quero dizer que nunca me faltaram as forças para liderar este processo. Eu, que sou católico, às vezes senti que tinha de ser mártir derivado a tantos problemas e a não conseguir encontrar soluções para todos. O meu Executivo e os Presidentes de Junta também sentiram isso. O incêndio

arrasou muita gente, e não havia soluções para todos, mas tentámos resolver os problemas àqueles que estavam mais frágeis, e a minha equipa também foi inexcedível e, por isso, parto de consciência tranquila, e também todo o Executivo em permanência, todos os Vereadores, todos os Presidentes de Junta partem de consciência tranquila.

Como eu já disse, acho que o trabalho de equipa é sempre maior do que o trabalho individual, e agradeço a lealdade.

Deixem-me também dizer: A melhor obra que qualquer pessoa pode fazer não é uma obra física. A melhor obra, como disse aqui a Patrícia, é aquilo que se faz pelos outros e acho que nós também conseguimos dar uma grande resposta.

Não posso terminar esta intervenção sem dar uma palavra a todos os Deputados, aos meus não vale a pena porque sempre me defenderam, mas ressaltar aqui dois Deputados: Um dos Deputados já não está cá, é o Dr. Luís Lagos. O Dr. Luís Lagos, independentemente das nossas divergências, era um homem que também se posicionava na luta política. O outro Deputado que quero ressaltar é o João Esteves. O João Esteves sempre fez a análise financeira com grande seriedade.

Um adversário político não é nosso inimigo. Inimigos são aqueles que nos traem. Os que têm as suas ideias e que lutam por elas não são nossos inimigos são nossos adversários.

Nesta última hora também não podia deixar de dar uma palavra aos funcionários da Câmara Municipal: A Câmara Municipal, como todas as organizações, tem gente muito boa e tem gente menos boa, mas garanto-vos que a maioria dos funcionários da Câmara Municipal são competentes e honram o Concelho.

Meus caros amigos, não sei se vocês sentem isto, quando uma pessoa está numa fase destas olha para vocês e parece que já sente saudades vossas.

Deixem-me também dizer com grande verdade: Não se preocupem porque eu sou a favor da limitação de mandatos. Acho que é a hora certa para eu sair. Tenho sessenta e cinco anos e tenho umas coisas para fazer, exceto, como eu disse, se ganhar a Assembleia Municipal. Se ganhar a Assembleia Municipal estarei cá mas é uma vida diferente.

A política não é uma coisa que as pessoas muito competentes têm muito gosto derivado às redes digitais e à forma como isto, hoje, funciona.

Quero dizer-vos que, se calhar, errei muitas vezes neste percurso devido a opções erradas mas tentei fazer o meu melhor, e a minha equipa tentou fazer o

melhor, e, por isso, se não fizemos melhor é porque não fomos capazes, ou não sabíamos, porque empenho, dedicação e determinação, não nos faltou!

Quero agradecer à Sra. Eng<sup>a</sup>. Dulce Pássaro e dizer-lhe que é uma grande Presidente da Assembleia Municipal. Também tivemos o Dr. Rodrigues Gonçalves a quem eu também agradeço a disponibilidade e a forma como serviu o Concelho.

Dizer ainda à Sra. Eng<sup>a</sup>. Dulce Pássaro que a sua liderança diferenciou-se de todos os Presidentes que passaram aqui. Quero agradecer também as suas ajudas, fosse na Direção Geral do Território, ou fosse em qualquer Ministério. Temos aqui uma pessoa que tem muito valor, que serviu o nosso Concelho, e, sempre que lhe pedi qualquer coisa para tratar em Lisboa, ela sempre colaborou e, às vezes, foi preciso usar algumas influências. A nossa Presidente da Assembleia Municipal esteve sempre disponível e sempre muito atenta.

Também vos quero dizer o seguinte: Em contrário do que foi o passado, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal nunca quis ser o Presidente da Câmara Municipal.

Muito obrigado a todos!”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Estou muito emocionada! Eu também me emociono com alguma facilidade e, por isso, desculpem-me esta vertente.

Vamos passar para o Período da Ordem do Dia.”

De seguida entrou-se no Ponto I da Ordem do Dia - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município, e foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Não fiz a minha intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia porque também me quero despedir. Esta é a minha última Sessão como Deputado Municipal e espero que me dêem a oportunidade para me despedir mais à frente.

Acerca da situação financeira do Município quero colocar duas ou três questões. Normalmente sou uma pessoa assídua a falar sobre este Ponto I e queria falar sobre duas coisas que me mereceram uma certa dúvida.

Estive a analisar a informação financeira e acho que o grau de execução das receitas de capital é demasiado baixo para o período do ano em que

estamos. Já vamos com oito meses e temos aqui um grau de execução orçamental muito baixo, de 28,92 %. Isso não é compatível com as obras que estão em curso e, por isso, deve haver aqui qualquer problema que gostaria que me pudessem esclarecer. O Município está com muitas obras e com um valor de execução muito alto mas, aqui, neste item, só estão 28,92 % do grau de execução da dotação orçamental.

As GOP também aparecem aqui, ao longo deste tempo, até ao fim do mês de agosto, decorridos oito meses, e têm um grau de execução também muito baixo, de 28,67 %. Também sei que normalmente é no fim do ano que esta situação é corrigida. Sabemos que quando é feito o Orçamento e o Plano normalmente é empolado e, depois, chega-se a uma certa altura, no fim do ano, e vê-se que o financiamento definido é muito elevado e tem que se corrigir.

Eram só estas duas situações que eu queria referir mas, mais, no que se refere às receitas de capital.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre esta matéria quero colocar duas questões. Antes de colocar as questões quero referir que tenho pena que o Deputado João Esteves não continue nesta Assembleia Municipal, até porque somos família, mas, independentemente disso, o Deputado João Esteves tem sido ao longo dos tempos um valor acrescentado nesta Assembleia Municipal e tenho pena que ele não continue.

A questão que o Deputado João Esteves colocou é pertinente, e é certo que esta informação financeira é referente a trinta e um de agosto, e ainda temos quatro meses até ao final do ano e, seguramente, como foi dito, e bem, há um grande volume de investimento em obra, e obviamente que as receitas de capital, até porque estes volumes de obra são projectos financiados, e eu deduzo que seja por essa razão, e essa era também a minha questão, de dinheiros que tenham sido faturados pelos empreiteiros e que tenham sido liquidados pela Câmara Municipal mas que porventura não terá ainda sido recebido por parte das instâncias governamentais através das candidaturas que existem. Eu deduzo que seja isto mas, depois, o Sr. Presidente, com certeza, esclarecerá isso melhor.

Dizer ainda que para mim é com agrado e satisfação que chegados ao fim destes doze anos, e deste último mandato, eu olho para este mapa resumo daquilo que é a dívida a médio e longo prazo da Câmara Municipal e vejo os

valores que aqui aparecem, e sabendo todos que há uns anos atrás víamos aqui um extenso mapa de dívida da Câmara Municipal com as instituições bancárias. Hoje, não é assim, e isso agrada-me sobremaneira chegar ao fim destes doze anos, e deste último mandato, e ver aqui que ao fim e ao cabo são praticamente dois empréstimos de maior monta que aqui estão: Um na Caixa Geral de Depósitos e outro no BPI. Os outros são residuais. Somados os dois empréstimos dão quatro milhões de euros.

Já foi dito aqui anteriormente que a capacidade de endividamento da Câmara Municipal continua muito boa, e isso é bom, mas, de qualquer forma, para quem entrou em 2009 e encontra na Câmara Municipal um dívida de sete milhões e meio de euros e sai agora com um dívida de quatro milhões de euros, sensivelmente metade, para além de todo o volume de obras e todo o dinheiro que foi investido e gasto no Concelho, acho que é uma satisfação para este Executivo e penso que para todos nós também.

A política deve ser feita com honestidade e com seriedade. Eu não a entendo de outra maneira.

Não se entende muito bem, porque na Sessão da Assembleia Municipal do passado mês de junho a análise foi feita também pelo Deputado João Esteves que se debruça em pormenor a estas questões financeiras da Câmara Municipal e fez uma referência bastante positiva da situação financeira da Câmara Municipal. Por isso, não entendo como é que há alguém, e é um candidato à Câmara Municipal, que venha dizer que está extremamente preocupado com a situação financeira da Câmara Municipal. Isso é que eu não entendo!

Há aqui qualquer coisa que não joga muito bem, tanto mais que o partido é o mesmo. Uns dizem uma coisa e, depois, outros dizem outra? Esta é a minha questão porque, como já disse, a política deve ser feita com seriedade e com honestidade.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Gostava de dar esta nota: A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não está sujeita a fundos disponíveis e não vou responder aqui ao candidato porque aqui tenho de responder aos Srs. Deputados e, isso, é do foro interno da própria Câmara Municipal.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital não está sujeita a fundos disponíveis. Eu utilizei sempre os fundos disponíveis como uma forma de

reserva para perceber sempre a situação financeira até porque sou o responsável por ela.

Não vou aqui discutir uma coisa que é do foro interno da Câmara Municipal e que neste momento está em averiguação. Estamos à espera também de uma auditoria para saber porque é que as coisas saíram e da forma como saíram, mas, isso, como eu disse, não acrescento aqui nada.

O que aqui era importante, se calhar, e poderiam ter visto que nas disponibilidades financeiras e no resumo diário de tesouraria havia quatro milhões, quinhentos e oitenta mil euros.

Também podia explicar porque é que estão cá quatro milhões, quinhentos e oitenta mil euros mas poderia parecer que estava a fazer política e eu não vou fazer aqui esse tipo de política neste momento mas, com certeza, na campanha política explicarei. Eu até sou contra porque na minha opinião a Câmara deveria ter só um saldo entre dois milhões e dois milhões e meio porque é um saldo de segurança. Este Presidente durante doze anos nunca se preocupou, como outros, para pagar os vencimentos aos seus trabalhadores. Nunca tive essa preocupação porque soube dirigir a Câmara Municipal e sabia até onde é que podia ir e qual era a reserva que tinha porque quando baixava de dois milhões eu cortava a despesa. Mas, isso, são contas de outro rosário e será na batalha do campo político e eleitoral que falarei sobre algumas coisas e não falo agora.

Dizer ao Deputado João Esteves que ele tem alguma razão no que diz mas, se virmos, em termos absolutos, qual foi a receita cobrada em despesas de capital, já são perto de cinco milhões de euros. Tomáramos nós, todos os anos, ter cinco milhões de euros!

Há aqui uma obra de grande dimensão que, na minha opinião, tem estado a correr de uma forma lenta e que é o Campus Educativo. O Campus Educativo não está a decorrer com a velocidade e com o cronograma que eu acho que deveria estar a correr e, isso, implica porque é uma obra que nós até pagamos primeiro para depois virem os 85 % de comparticipação financeira, como vocês sabem. Gostaríamos também que a obra andasse mais rápido, e não estou a fazer nenhum julgamento à empresa até porque a empresa é boa, é uma empresa do Concelho, mas houve também o problema com os terrenos, o que atrasou o lançamento da obra, e a empresa não teve culpa nenhuma e também esperou bastante tempo.

Esta é a realidade que tem muito a ver com o Campus Educativo e também com uma parte das obras da Zona Histórica, porque há uma parte que tem sido mais lenta. Há uma empresa que tem sido mais lenta e outra empresa

que tem sido mais rápida e, isso, faz a diferença porque, como vocês sabem, as receitas de capital provêm sobretudo das transferências do Quadro Comunitário.

Quem vier para a Câmara Municipal encontra uma situação financeira muito estável, uma situação financeira com menos encargos do que eu encontrei. Há um empréstimo que está aqui lançado e que não está utilizado que tem a ver com a obra da variante à Zona Industrial. Essa obra está orçamentada em mais de um milhão de euros. A obra ainda não foi lançada e o dinheiro ainda não foi utilizado.

Sem dúvida nenhuma, deixo a Câmara Municipal com uma boa situação financeira, como poucas terão aqui à volta.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio à construção da Casa Mortuária da Sobreda, no montante de 39.721,70 € (trinta e nove mil, setecentos e vinte e um euros e setenta cêntimos).

Seguidamente, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Seixo da Beira, Sra. Isabel Margarida Neves Claro Ferreira, que fez a seguinte intervenção:

“Era para intervir no Período de Antes da Ordem do Dia mas achei por bem faze-lo agora.

No seguimento do Ponto II quero dizer que esta é uma obra que era muito reivindicada pela população da Sobreda. Era uma das casas que faltava. Somos conhecidos pelos sete Cemitérios e seremos também conhecidos por ter uma terceira Casa Mortuária mas é uma reivindicação da nossa comunidade.

No entanto, dizer o seguinte: Há pouco o meu colega Luís Nina dizia que começou como Secretário, antes de ser Presidente, e eu fiz o mesmo. Portanto, este será o décimo segundo ano na Junta de Freguesia do Seixo da Beira e, realmente, desde 2009 que se notam e são visíveis as mudanças na nossa Freguesia.

Quero agradecer a este Executivo e à liderança do Prof. José Carlos Alexandrino por estes doze anos, pela transformação ocorrida na Freguesia de Seixo da Beira, por tudo o que foi feito. Também agradecer a esta Assembleia Municipal que nos últimos quatro anos me aceitou e me ensinou muito.

A todos vós, aos candidatos e aos que terminam, votos de muitas felicidades pessoais e profissionais mas, sobretudo, de muita saúde.

Muito obrigada!”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Rui Daniel Dias Fernandes, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este assunto a posição do PSD é favorável a esta atribuição de subsídio.

A única questão que venho aqui referir é relativamente à percentagem que é atribuída. Já houve outros casos em que foi também atribuído subsídio que não foi de tão elevada percentagem. Não sei se não seria de alguma forma justo que houvesse alguma compensação com as outras Freguesias.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui pedir um esclarecimento acerca desta situação: Em primeiro lugar congratulo que esta obra seja feita porque é de todo o interesse para as populações e merecem a nossa aprovação. Devemos aprovar todas estas situações porque são carências das povoações e porque no fim da vida dos nossos entes devemos ter um sítio com dignidade para que eles possam repousar e a família possa estar mais comodamente do que, como era antigamente, nas suas casas ou nas igrejas.

Portanto, concordo plenamente com esta situação mas há duas questões que eu queria saber: Segundo sei esta Casa Mortuária vai ser feita numas instalações de umas antigas escolas. Queria saber concretamente, já sei que a obra já teve início, já foi adjudicada, e queria saber se o edifício onde é feita esta obra, ou esta reconstrução porque é uma adaptação, se pertence já à Junta de Freguesia ou se pertence à Câmara Municipal? Porque não é a mesma coisa. O dono da obra é a Junta de Freguesia e, se está a fazer uma obra numas instalações que pertencem a outra entidade, acho que isso não é muito correto.

Portanto queria saber qual é o ponto desta situação?”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar aqui nota do seguinte: O Deputado Rui Fernandes falou num princípio que realmente se alterou aqui por uma razão extremamente simples: É um princípio que se aplicou sempre da mesma forma às fábricas da igreja.

Qual é a diferença? A diferença é que a Junta de Freguesia tem a posse desta escola e não vai ser a fábrica da igreja que vai ser responsável, neste caso, pela Capela Mortuária e, isso, faz toda a diferença. Esta escola está cedida por protocolo, penso que por cinquenta anos, e nesse protocolo é referido que a Junta de Freguesia pode fazer as obras.

Por isso, o que estamos aqui a subsidiar é a Junta de Freguesia e não é nenhuma Fábrica da Igreja. O princípio é este.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de subsídio à Freguesia de Seixo da Beira, como apoio à construção da Casa Mortuária da Sobreda, no montante de 39.721,70 € (trinta e nove mil, setecentos e vinte e um euros e setenta cêntimos), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2021.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer o seguinte: Aquando da atribuição destas medalhas costumo reunir com os representantes dos partidos com representação na Assembleia Municipal para os ouvir mas, este ano, derivado também à minha vida, não consegui ter agenda e chamei o Sr. Vereador Eng.º João Paulo Pombo e, por acaso, dois dos nomes sugeridos por ele também estavam na nossa lista.

Queria pedir desculpa aos representantes dos partidos porque realmente não tive disponibilidade para fazer a reunião. Foi a primeira vez que não chamei o representante do CDS e o representante do PSD. Tive só oportunidade de falar com o Vereador do PSD e, como sabem, não teria problema nenhum em negociar, como tem acontecido no passado e, por isso, quero pedir desculpa aos representantes do PSD e CDS.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco, quando fiz a minha intervenção, houve uma pessoa que me esqueci de falar. Essa pessoa é a Esmeralda e, na pessoa da Esmeralda, todas as pessoas que estiveram antes dela, porque são responsáveis por este trabalho que efectivamente nos chega e que é um trabalho que eu gostava que ficasse também elogiado.

Sobre este Ponto III queria que fosse feita uma adenda no currículo do Sr. António Pires: Conheci o Sr. António Pires em 1965 e, daí para cá, fiz sempre um trajeto perto dele. Caminhámos muito sozinhos e somos confidentes de muitas coisas. O Sr. António Pires é um homem com H grande, é um homem que soube estar e trabalhou sempre em prol da nossa terra que é Oliveira do Hospital, uma terra para onde ele veio provavelmente no ano em que o conheci porque ele veio trabalhar para a Agloma, e a fundação da Agloma penso que é em 1966.

O Sr. Pires está ligado ao Clube de Caça e Pesca e à Escola de Música que hoje faz parte da cultura das nossas gentes e dos nossos jovens. A Escola de Música é, se calhar, o ex-líbris do Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital.

O Sr. Pires foi um homem que dedicou a sua vida ao associativismo e à política. Hoje, infelizmente, e é com alguns constrangimento que eu digo isto, todas as semanas lhe ligo porque ele está a passar uma fase muito complicada uma vez que cegou. Hoje não vem à rua e não quer falar com as pessoas e já não quer que a mulher o traga ao café onde ele normalmente vinha todos os dias. O café que ele normalmente frequentava era o café Colcurinho e quando este café fechou passou a ser o café Portugal.

Gostava que fosse anotado a questão da Escola de Música porque foi sobre a alçada dele que foram instruídos os primeiros alunos, ainda nas instalações da antiga cadeia.

Relativamente aos outros nomes propostos aos Títulos Honoríficos do Concelho não tenho nada a opor e acho que tudo o que se possa dizer sobre eles era sempre muito pouco.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a este Ponto III, há aqui duas propostas em nome individual, e que são o Sr. António Pires de Almeida e o Sr. Mário Brito, e todos nós conhecemos e sabemos o que têm dado ao associativismo em Oliveira do Hospital e, de uma forma geral, engrandecendo o nosso Concelho.

Relativamente aos Armazéns de Merceria A. Monteiro e ao Grupo Irmãos Gonçalves, que são dois grupos empresariais que criam emprego e que ajudam bastante a economia do Concelho, e, por isso, merecem esta distinção.

Também a Casa do Povo de Nogueira do Cravo, sendo uma entidade diferente, pelo seu percurso e por tudo aquilo em que têm colaborado com a própria Freguesia e no Concelho, penso que também é uma homenagem inteiramente merecida.

Por isso, o nosso voto será favorável e fazia aqui um apelo: Este tipo de homenagem tem um valor diferente se a votação for 100 % favorável, e cada um vai votar da maneira que entende, até porque o voto é secreto. É apenas um princípio que se deve ter.

Acho que devemos reconhecer o valor das pessoas que são propostas e apelo a que o voto seja favorável para todos os nomes propostos.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Concordo plenamente com todos estes homenageados em nome individual e em nome empresarial.

Quero ainda referir o seguinte, e o Sr. Luciano Figueiredo já falou o que eu queria dizer acerca do Sr. António Pires de Almeida: Acho que esta homenagem ao Sr. António Pires de Almeida já devia ter sido feita há muitos anos porque é um homem que dedicou a sua vida toda ao associativismo em Oliveira do Hospital e desenvolveu uma estrutura grandiosa, que é o Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital, que é uma instituição que leva Oliveira do Hospital a toda a parte do País, tanto na parte do caravanismo, do associativismo, do cicloturismo. Foi ele que criou o cicloturismo em Oliveira do Hospital que trazia para cá milhares de pessoas e levava daqui milhares de pessoas para toda a parte do País.

A Escola de Música do Clube de Caça e Pesca, como disse aqui o Sr. Luciano Figueiredo, também foi criada e incentivada por ele. As minhas filhas aprenderam música nessa escola e, como elas, muita juventude também aprendeu.

O Sr. António Pires de Almeida foi um dirigente dedicado a 100 % ao Clube de Caça e Pesca.

Acho que esta homenagem que a Câmara Municipal lhe faz é uma homenagem sentida e concordo plenamente com ela. Fui dirigente com ele no Clube de Caça e Pesca e sei o quanto ele trabalhava em prol do associativismo,

e para levar o nome de Oliveira do Hospital para toda a parte de Portugal, e, por isso, concordo plenamente com esta homenagem e concordo com todos os nomes que são propostos.

Voto favoravelmente estas propostas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação secreta o Ponto III - Apreciação e votação, nos termos do artigo 9º do Regulamento dos Títulos Honoríficos do Concelho de Oliveira do Hospital, da proposta de cidadãos e entidades a homenagear no Feriado Municipal de 7 de outubro de 2021, sendo o resultado da votação o seguinte:

- António Pires de Almeida, aprovado por maioria, com 28 votos a favor e 2 abstenções;

- Armazéns A. Monteiro, aprovado por maioria, com 28 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção;

- Casa do Povo de Nogueira do Cravo, aprovado por maioria, com 28 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção;

- Grupo Irmãos Gonçalves, aprovado por maioria, com 24 votos a favor, 3 votos contra e 3 abstenções;

- Mário Fernando Ramos Brito, aprovado por maioria, com 28 votos a favor, 1 voto contra e 1 abstenção.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte declaração de voto:

“O meu voto foi favorável para todos os homenageados.

Relativamente à Casa do Povo de Nogueira do Cravo muito me apraz e honra este reconhecimento.

A Casa do Povo de Nogueira do Cravo foi o embrião de diversas colectividades em Nogueira do Cravo que entretanto se tornaram autónomas.

A Casa do Povo de Nogueira do Cravo é a instituição mais antiga de Nogueira do Cravo e esteve sempre ao serviço da população. No Setor Social e no Setor Cultural tem feito um trabalho brilhante e notável o que honra todas as pessoas, homens e mulheres, e direcções que por lá passaram.

A Casa do Povo de Nogueira do Cravo continua bem entregue, tem uma direcção e órgãos sociais com pessoas voluntárias, com grande capacidade de trabalho, e que estão a fazer um trabalho notável.

Parabéns a todos os homenageados.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte declaração de voto:

“Optei fazer uma declaração de voto por uma razão: Entendi que não deveria fazer qualquer tipo de intervenção previamente à votação mas, sim, pronunciar-me no final.

Obviamente, e tal e qual como dizia o Luís Nina, concordo plenamente com todos os homenageados mas tenho que fazer uma declaração de voto ressaltando essencialmente o nome do homenageado Mário Fernando Ramos Brito, do qual sou particular amigo e colega do ponto de vista do associativismo.

Devo dizer, e antes de mais, a título de introdução, e respeitando obviamente aquilo que é a consciência de cada um, imaginando e pensando que é exactamente a consciência de cada um que faz determinar o nosso sentido de voto, que fico triste por não ter sido unânime esta votação, em relação a todos, mas, em relação ao Mário Brito, acho, de facto, que faria todo o sentido.

Estamos a falar de um homem que está hoje a ser homenageado e, por aquilo que foi o fundamento vertido nos documentos que nos foram facultados, essencialmente pela sua vertente associativa, e dificilmente conseguimos encontrar em Oliveira do Hospital uma pessoa que seja mais unânime, uma pessoa que seja mais pacata, uma pessoa que seja mais empenhada, e uma pessoa que dê tanto de si sem esperar qualquer tipo de reconhecimento.

Quando recebi a documentação e vi a proposta, disse: “Mais uma arrelia para o Mário Brito”.

Todos nós que o conhecemos, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal conhece-o tão bem ou melhor do que eu e sabe perfeitamente que uma coisa destas é para ele uma arrelia. Alguém reconhecer-lhe o que quer que seja é uma arrelia e, até por isto, faz todo o sentido que seja homenageado.

Faz todo o sentido que seja homenageado, desde logo, e antes de mais, pela pessoa que foi em termos desportivos: Foi atleta de vários clubes do Concelho, e não só. Vestiu a camisola do Nogueirense e do Futebol Clube de Oliveira do Hospital. Termina a sua carreira no Tourizense e assume uma posição de Direção no Tourizense.

Depois, vem e assume durante vários anos a Direção do Futebol Clube de Oliveira do Hospital, e tive a honra de o substituir enquanto Presidente do Clube, e tenho a honra ainda, hoje, de ser Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Clube tendo-o a ele novamente como Presidente da Direção.

Honra-me, enquanto colega e amigo, que hoje ele tenha sido votado para ser homenageado no próximo Feriado Municipal mas, mais uma vez digo, lamento que não tenha sido unânime porque se alguém o merecia era seguramente ele.”

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Dar nota que esta 2.ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital é uma versão final, depois de um caminho difícil e de se ter contratado uma empresa para elaborar esta 2.ª Revisão com a colaboração dos nossos Serviços Técnicos do Urbanismo.

Esta 2.ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital foi apreciada numa reunião de Câmara Extraordinária pública em 19 de agosto. Depois da submissão da mesma a aprovação da Assembleia Municipal foram detectadas algumas incorrecções nas peças escritas e desenhadas apresentando-se agora a versão final actualizada e corrigida da proposta do Plano da 2.ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital. Propõe-se a revogação da anterior deliberação de 19 de agosto apresentando-se a versão final da proposta do Plano incluindo o Relatório Ambiental para colocar à decisão e deliberação da Câmara Municipal. Este processo esteve em discussão pública durante trinta dias e agora vem o documento final para ser apreciado pela Assembleia Municipal.

Este Plano de Pormenor da Zona Industrial é importantíssimo e tem aqui um estudo de Impacto Ambiental que temos que entregar no final na CCDR por causa da comparticipação do Quadro Comunitário.

A empresa que está a executar a obra na Zona Industrial já era para ter retomado os trabalhos porque já tomámos posse administrativa dos lotes todos. Há coisas que ainda estão no Tribunal, já pagámos uma parte, e o Tribunal deu-nos razão relativamente àquele lote em que o proprietário queria mais de um

milhão de euros. O Tribunal Arbitral acabou por decidir o valor do lote por cento e quarenta mil euros.

Entretanto, o empreiteiro disse que retomava as obras na primeira semana de setembro mas a verdade é que agora há muito trabalho, e o que queríamos é que ele viesse o mais depressa possível, mas a empresa também não teve culpa deste interregno que houve.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Obviamente que o processo de aprovação de documentos desta natureza também passa por muitos crivos e tem uma forte componente técnica. Os nossos contributos ficam à partida prejudicados pela natureza técnica do que está aqui em causa.

Constato que o processo tem a planta dos lotes e tem um regulamento. Confio nestes documentos porque os Organismos da Administração Central também dão parecer sobre estes documentos, e não é apenas uma iniciativa da Câmara Municipal que faz à sua maneira e como entende. Nestes processos há regras. Isto são áreas de intervenção muito apertadas, muito coordenadas com os instrumentos de planeamento e com os regimes de ordenamento do território.

Considero que vamos dar o nosso acordo, ou o nosso desacordo, mas não me parece também que tivéssemos condições para dar contributos muito significativos sobre o assunto.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Como já disse, nós contratámos uma empresa especializada porque ao nível do urbanismo não tínhamos capacidade para fazer um documento destes até porque depois há reuniões na CCDR com o acompanhamento da Arq.<sup>a</sup> Alexandra.

Isto não é um documento político é um documento altamente técnico.”

De seguida tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Como já foi dito esta 2.<sup>a</sup> Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital já teve uma fase de consulta pública.

A minha vida de Técnica também me ensinou que é importante continuar a haver transparência e a disponibilizar-se informação mas não é porque se disponibiliza informação que o cidadão comum interessado, e até mesmo escolarizado, está preparado para poder fazer críticas construtivas. Digamos que essa disponibilização da informação é mais uma salvaguarda em nome da transparência que é sempre desejável e funciona como um certo controlo prévio das iniciativas.

Dito isto coloco este Ponto IV à vossa consideração.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 90.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, na sua atual redação, que aprovou a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, conjugado com a alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2021 e de 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o de 2021.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o de 2021 têm a ver com a aquisição de cinco autocarros elétricos novos através de uma candidatura ao Fundo Ambiental, num investimento de um milhão e setecentos mil euros: Um autocarro de quarenta lugares, dois autocarros de trinta e três lugares e dois autocarros de dezasseis lugares.

A aquisição destes autocarros é para irmos fazendo a substituição dos autocarros que temos já há algum tempo e, como vocês sabem, ao fim de dezasseis anos os autocarros não podem transportar crianças.

É um investimento da Câmara Municipal que é participado através de uma candidatura ao Fundo Ambiental e o investimento da Câmara Municipal ainda é relevante, são quinhentos mil euros.

Esta renovação dos autocarros tem muito a ver com o futuro em termos do impacto ambiental e das emissões de CO2 e, por isso, tivemos que fazer esta alteração ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano, até porque esta candidatura ao Fundo Ambiental tem alguma abrangência e, como disse, é um investimento de um milhão e setecentos mil euros.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos e para os efeitos previstos na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de 2.ª Revisão ao Orçamento para o ano de 2021 e de 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano para o de 2021, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 % para o ano de 2022.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Meus caros amigos, uma proposta eleitoralista era trazer, hoje, uma proposta de Taxa do IMI para 0,30 %. No meu compromisso eleitoral estava a redução da Taxa do IMI, de uma centésima em cada ano, e a ideia era trazer a Taxa do IMI para 0,30 % que é o mínimo, mas derivado aos incêndios é um compromisso que não poderei honrar porque não se pode aplicar dinheiro num conjunto de políticas sociais e depois prescindir da receita.

Nesta minha partida o que era mais populista era chegar, hoje, aqui com uma proposta de 0,30 % e dizer que até cumpro com o meu programa eleitoral, mas acho que esta redução deverá ser gradual, e quem cá estiver, e se não acontecer nada no próximo mandato, tem condições para gradualmente readaptar a despesa à receita e podê-lo-á fazer.

A nossa proposta foi passarmos a Taxa de IMI de 0,34 % para 0,33 % e assim defender o equilíbrio financeiro da Câmara Municipal.

Fomos obrigados a reprogramar e a reajustar as nossas políticas e, por isso, a proposta para a Taxa de IMI é de 0,33% por uma questão de precaução em termos financeiros e, depois, se houver condições financeiras durante o próximo mandato poderão reduzir a taxa do IMI.”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte intervenção:

“Ao contrário do que o Sr. Presidente diz, acho que esta descida é uma descida eleitoralista porque ao longo dos anos temos aqui falado sobre o IMI nesta Assembleia e temos sempre proposto que fosse reduzida a Taxa de IMI gradualmente. A nossa proposta nunca mereceu a vossa atenção. Antes pelo contrário! Sempre disseram que não, que não podia ser, porque eram precisas as verbas para acudir às despesas, e não podiam abdicar do IMI, e tinham que manter a taxa de 0,34 %.

Ora, acho muito estranho que neste ano, que é ano de eleições, e as eleições vão ser feitas agora no dia vinte e seis, se reduza a taxa para 0,33 %!

Eu concordo plenamente com a redução, e eu voto a favor desta redução, só que eu acho que é uma medida eleitoralista.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Vou votar favoravelmente esta redução da Taxa de IMI.

Entendo que esta redução não é eleitoralista, porque se fosse eleitoralista teria que ser uma coisa que se notasse e com impacto, e estamos a falar de uma redução de 0,34 % para 0,33 %, e mesmo assim é um esforço para a Câmara Municipal porque, depois de todas as contrariedades que houve neste mandato, chegar aqui e reduzir para 0,33 %, acho que é de louvar! Só pelo facto de haver uma redução acho que é de louvar este Executivo pela boa vontade que tem nesta redução. O Ponto VII tem também algum impacto e iremos votá-lo a seguir.

A redução da Taxa de IMI para 0,33 %, acho que é importante, e atrevo-me a dizer que este Executivo foi aquele que mais reduziu o IMI.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Rui Paulo Martins Monteiro, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação a esta questão do IMI, obviamente o que está aqui em causa é uma questão de coerência, antes de mais nada.

Desde logo, e antes de mais, não é verdade que este Executivo nunca tenha descido o IMI! Já o desceu de 0,35 % para 0,34 %.

Entretanto, entendeu-se, por bem, mante-lo durante algum tempo exatamente porque tivemos um mandato extremamente complicado e que no seu final já permite alguma folga para fazer esta descida.

Agora, classificar de eleitoralista uma decisão destas de facto é curioso!

Estamos a falar de uma descida de 0,01 %, obviamente que se vai reflectir na queda de receita, mas seria eleitoralista se isto chegasse ao domínio público e com grandes parangonas. Esta é a grande questão!

O Sr. Esteves teve aqui uma justificação do eleitoralismo que depois de alguma maneira desmentiu com o seu próprio argumento. Ele diz o seguinte: “*As eleições são já dia vinte e seis*”.

Pois, é exactamente isso! As eleições são já no dia vinte e seis, e aquilo que eu gostava que me dissessem, ou que me tentassem fazer compreender, é o seguinte: Como é que esta decisão, hoje, aqui tomada, de permitir o abaixamento do IMI nesta percentagem proposta, se vai reflectir do ponto de vista eleitoralista? Não estou a ver, aqui, grandes Órgãos de Comunicação Social, sendo certo que estamos a transmitir pela rádio. Não estou a ver que isto seja notícia de televisão! Não estou a ver que isto tenha tempo para ser reproduzido em termos de capa de jornal como primeira página e, portanto, o conhecimento que o eleitorado vai ter desta decisão que hoje, aqui, viermos eventualmente a tomar deverá ter alguma dificuldade em reflectir-se nos resultados eleitorais do próximo dia vinte e seis.

Ainda, assim, aquilo que se entende é que não há, aqui, uma preocupação eleitoralista. Se houvesse, e como bem foi referido pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal quando introduziu o tema, não teria descido 0,01 % e teria descido o máximo possível que a lei permite, e não o faz.

Entende-se que, obviamente, na perspetiva política de não se poder dar tudo sem que se consiga arrecadar alguma coisa, não se poder apoiar sem que também se recolha em sede de receita fiscal, é, obviamente, uma medida ponderada, é um valor perfeitamente ponderado, perfeitamente justo e, com toda a franqueza, eleitoralismo!?

Eleitoralismos, meus amigos, era, de facto, ter descido para 0,30 % e não é essa a proposta!”

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca, que fez a seguinte intervenção:

“Acho aqui uma coisa curiosa e que é assim: Quando estão no poder sobem os impostos e quando estão na oposição descem. É evidente que sendo

oposição não os conseguem descer. Mais populismo e demagogia do que isto não existe!

A vantagem de já ter a idade que tenho e estar aqui há já alguns anos é que vou acompanhando estes trabalhos da Assembleia Municipal e o histórico disto, em vez de ir consultar as atas ou pessoas que estivessem dentro disto: A oposição, e concretamente o PSD, nunca baixou o IMI em Oliveira do Hospital. Quem baixou o IMI foi PS, como já foi dito anteriormente.

Outra questão que se põe aqui é a seguinte: Não é possível ter “*sol na eira e chuva no nabal*”. Isso, não existe!

Se querem obra, se querem apoios, se querem as Freguesias a fervilhar, e querem que isto aconteça, pelo menos, tem que haver alguns impostos e tem que haver algumas receitas.

Acho que esta mediana que se traçou, hoje, e que o Sr. Presidente nos apresentou, é a mediana razoável no momento em que estamos a viver. Naturalmente, no futuro, e dada a condição extremamente favorável das receitas e da Câmara Municipal, irá acontecer a descida do IMI.

Este é o valor possível, neste momento e com os apoios que damos dentro do Concelho.

Naturalmente que vou votar favoravelmente.”

Depois foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Não, João Esteves, esta não é uma medida eleitoralista porque tem pouco significado, por exemplo, em andares que tenha o valor de sessenta, setenta, ou oitenta, mil euros!

Mas gostaria de recordar o seguinte: Nós fizemos este caminho mais lento e, pelo menos, tivemos a intenção de o fazer quando passámos de 0,35 % para 0,34 %.

Acho que é demagogia por uma razão simples: Se vocês não representassem aqui o PSD, eu diria que não havia problema nenhum, mas eu quero lembrar-vos os Municípios que estavam em dificuldades financeiras, no Governo do PSD/CDS. Sabes qual era a taxa máxima que aplicavam nesses concelhos e sem a Assembleia Municipal decidir? Aqui, podemos sempre decidir, e nesses Municípios aplicavam a taxa de 0,45 %. O Governo PSD/CDS obrigou os concelhos que estavam com problemas financeiros a aplicar a taxa máxima e retirou a competência à própria Assembleia Municipal e, aqui, nunca aconteceu isso!

Herdei a taxa de IMI com o valor de 0,35 % e, numa determinada altura, achei bem tentarmos gradualmente descer a taxa. Esta medida mostra um grande sentido de responsabilidade e de rigor financeiro porque o mais fácil era colocar a Taxa de IMI a 0,30 %. Também disse o Deputado Rui Monteiro, e bem, que esta medida só tem impacto no ano de 2022.

Era mais eleitoralista se, neste momento, a Câmara Municipal prescindisse dos 5 % do IRS, e mantivemo-nos coerentes com aquilo que vínhamos afirmando.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos do n.º 5 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de Fixação da Taxa do IMI em 0,33 % para o ano de 2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2022.

Depois foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A nossa proposta é a continuidade da redução de taxa de IMI em função do número de dependentes no próximo ano.”

Depois foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. Tiago Fernando Rolo Martins, que fez a seguinte intervenção:

“Como o Sr. Presidente da Câmara Municipal estava a dizer, de facto, isto é uma proposta que votamos recorrentemente. É uma medida de apoio às famílias e que deve muito da sua possibilidade à política fiscal do Município, nomeadamente em matéria de IRS, o que acaba por ser uma medida de distribuição de riqueza, e não será uma medida de apoio universal mas conjuga-se com o programa de Apoio à Natalidade, esse, sim, universal.

Relativamente ao IMI, o Sr. Presidente da Câmara Municipal foi capaz de chegar aqui e dizer qual foi o compromisso eleitoral do Partido Socialista e dar nota que o enquadramento deste mandato autárquico não permitiu a redução desejada e, explicou, isso, com uma coisa óbvia e que é o seguinte: Se nós

queremos apoiar as famílias, se nós queremos medidas de Apoio à Natalidade, se nós queremos Bolsas de Estudo, se nós queremos Casa Digna, nós temos que ter receitas para esses programas.

Sr. Deputado João Esteves, acho que todos os anos tenho feito a mesma pergunta ao PSD, defendem a baixa do IMI, e é uma proposta legítima, mas tenho perguntado: Reduzindo o IMI até ao máximo possível, onde é que o PSD cortava?

Essa pergunta nunca teve resposta, e, hoje, aqui mesmo, também não teve resposta, mas a resposta a essa pergunta é que torna uma opção não só clara e, acima de tudo, a torna verdadeiramente uma proposta corajosa.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do artigo 112º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, da proposta de redução de taxa de IMI em função do número de dependentes para o ano de 2022, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2022, em 5 %.

Depois foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Em relação à Taxa de IRS mantive sempre uma posição coerente e sempre defendi que não deveríamos abdicar desta receita. Temos concelhos vizinhos que abdicam desta receita e há outros Presidentes de Câmara dentro da Comunidade Intermunicipal que têm o mesmo posicionamento que eu tenho.

Achamos que Portugal tem impostos a mais, sobretudo a classe média, mas, como eu disse, vocês sabem que os limites do IRS têm muito a ver também com quem ganha mais e, quem ganha mais, paga mais.

Achamos que neste momento não deveríamos prescindir do IRS até porque seria uma medida eleitoralista, e eu não sou desses. O que defendo, hoje, é o mesmo que defendia há dois anos, o mesmo que defendia há três anos, e o mesmo que defendia há quatro anos.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Nuno Rafael Oliveira Dias, que fez a seguinte intervenção:

“O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou bem mas acabou mal! Falou de classe média e falou também dos Municípios vizinhos. É sobre isso que venho aqui falar: O Município de Arganil faz a devolução do IRS na sua totalidade; O Município de Seia tem taxa de IRS de 4 %; O Município de Góis tem taxa de IRS de 2,5 %; O Município da Lousã tem taxa de IRS de 4 %; o Município da Figueira da Foz tem taxa de IRS de 3,5 %; E a questão é efetivamente aquela que o Sr. Presidente da Câmara Municipal estava a falar, é mesmo uma questão política e aquilo que valorizamos mais.

Da parte do CDS-PP, achamos que o trabalho deve ser dignificado, a família deve ser dignificada e a mobilidade social também deve ser dignificada.

Achamos que um indivíduo em Oliveira do Hospital que ganhe novecentos euros, ou mil euros, por mês, não pode ser considerado rico, antes pelo contrário, tem as suas dificuldades e deve ser incentivado a andar para a frente, e não a pagar confortos a outras pessoas que talvez não precisassem deles da mesma maneira que estes indivíduos precisariam desse incentivo para investir no nosso Município, deixar aqui o seu dinheiro, deixá-lo na restauração, deixá-lo no comércio local e, se calhar, não o deixam porque não têm poder de compra para o fazer.

Acho que essa injeção de confiança nos indivíduos de classe média de Oliveira do Hospital, se calhar, seria muito benéfica para a nossa economia.

Portanto, como não poderíamos deixar de ser coerentes, como o fomos ao longo do mandato, o CDS-PP votará contra esta proposta.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente a esta proposta, aqui, sim, penso que seria eleitoralista se a Câmara Municipal abdicasse desta taxa.

Vou votar favoravelmente porque entendo que é uma situação sobretudo de responsabilidade.

Queria deixar uma pergunta ao Sr. Presidente da Câmara Municipal: Qual é, mais ou menos, o valor da receita desta taxa?

Já agora, e se a Sra. Presidente da Assembleia Municipal me permite, quero deixar um reconhecimento à Esmeralda pelo trabalho que tem, porque não é fácil estar a esmiuçar todas estas conversas para depois fazer a ata. É um trabalho que não deve ser muito fácil. Por toda a assistência que a Esmeralda

tem dado a esta Assembleia Municipal quero deixar uma palavra de reconhecimento e desejar-lhe boa sorte na continuação do seu trabalho.”

Depois foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero dizer ao Deputado Nuno Rafael o seguinte: Já esperava essa reação mas, hoje, aquilo que também me preocupa muito no nosso País e no nosso Concelho, não é só quem ganha mil euros mas, preocupa-me bastante mais quem trabalha e ganha o ordenado mínimo, e que também tem que comer e pagar renda. Esses têm muito menos do que aqueles que recebem mil e duzentos euros e têm o mesmo direito à vida. Também lhe quero dizer que quem ganha o ordenado mínimo não é muito penalizado com esta taxa de 5 % do IRS, e o Deputado João Esteves sabe isso porque conhece melhor as tabelas do IRS.

Não escondi que há Concelhos que prescindem desta taxa de IRS. São claramente opções políticas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2022, em 5 %, que foi aprovado por maioria, com dois votos contra e duas abstenções.

Em seguida, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, João José Pereira Esteves, que fez a seguinte declaração de voto:

“Hoje é o meu último dia de política ativa neste Concelho, não quer dizer que deixe de ter atividade política e que entre em certas e determinadas reuniões e considerações e tenha a minha maneira de ver e de falar e comentar sobre o que se passa no meu concelho mas, no entanto, em atividade política ativa dentro de órgãos eleitos termina hoje, aqui, a minha ação.

Estou na política desde 1976, já vão lá quarenta e cinco anos, acho que é a altura de passar a minha atividade para outros jovens, pessoas mais novas, que tenham uma visão do Concelho que eu talvez nunca tenha tido. As pessoas mais novas têm uma visão diferente e têm uma maneira diferente de resolver os problemas. Não quer dizer que eu também não tenha as minhas ideias.

No entanto foram quarenta e cinco anos de dedicação à política. Fui eleito pela primeira vez para a Assembleia Municipal em 1980, tive duas interrupções

por questões políticas internas do meu partido, no entanto, nesta última legislatura, e nestas últimas três legislaturas, trabalhei com este Executivo, e trabalhei com bastante agrado. São pessoas que me são próximas, inclusivamente o Sr. Presidente da Câmara Municipal que eu já conheço praticamente desde sempre. São pessoas com quem eu tive, e tenho, bastante confiança e apraz-me politicamente dizer que são pessoas honestas e que trabalharam e que continuam a trabalhar para o bem e para os desígnios do nosso Concelho. Eu também vou tentar fazer alguma coisa por isso mas numa plataforma totalmente diferente desta.

Quero também agradecer à Sra. Presidente da Assembleia Municipal, com quem eu também trabalhei e gostei bastante de trabalhar. Acho que é uma pessoa honesta, é uma pessoa que tem uma visão do nosso Concelho muito acima da nossa porque é uma pessoa que esteve noutros meandros da política e conhece bem as nossas raízes e o nosso Concelho.

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal é uma pessoa que muito estimo e gostei bastante de trabalhar com ela, como também gostei muito de trabalhar com os antecessores.

Portanto, acho-me uma pessoa feliz porque dei tudo o que tinha por este Concelho, contribui, sempre, para o bem da população. Tive confrontos políticos mas desses confrontos políticos nasceu luz. Nasce sempre a luz quando há confrontação de ideias que são boas para as soluções.

Quero também agradecer a todos os Srs. Deputados e Presidentes de Junta que fazem parte desta Assembleia Municipal e com quem tive o prazer de trabalhar. Espero que todos tenham muita saúde, que sejam muito felizes, e que contribuam todos para o desenvolvimento e engrandecimento de Oliveira do Hospital.

Bem-haja!”

Depois foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero agradecer as palavras que o Deputado João Esteves dirigiu ao Executivo.

Quero também agradecer à Esmeralda porque o trabalho na Assembleia Municipal, às vezes, é complicado, são muitas horas.

Temos aqui uma pequena lembrança para a nossa Presidente da Assembleia Municipal e também para a Esmeralda e peço à Sra. Vereadora Graça Silva para as entregar.”

De seguida, tomou a palavra a Sra. Presidente da Mesa, Eng.<sup>a</sup> Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro, para fazer a seguinte intervenção:

“Estamos todos bem cansados, foi uma longa jornada!

Quero ver se não me emociono. Tenho aqui umas pequenas notas para não me esquecer de ninguém. Não vou falar muito tempo até porque me espera uma viagem de trezentos quilómetros e já sou uma mulher com quase sessenta e oito anos e começo a sentir que estas viagens já são demais para mim.

Quero dizer-vos o seguinte: Senti-me muito honrada pela circunstância de ter sido eleita para esta função. Senti-me muito honrada por vários motivos, e sei que tinha currículo e perfil para poder desempenhar a função, mas gostei especialmente da circunstância de ter a oportunidade de ser a primeira mulher Presidente da Assembleia Municipal da minha terra.

Aqui neste espaço tive a minha primeira intervenção pública, faz agora em dezembro sessenta anos. No dia da Mãe, que era o dia oito de dezembro, havia uma Sessão solene na Câmara Municipal e eu vim cá declamar uma pequena quadra do Afonso Lopes Vieira. Estava nervosa, como vocês nem imaginam! Estavam cá as autoridades todas. Foi a minha primeira intervenção pública, e não imaginaria eu que as últimas intervenções públicas também seriam por aqui.

Quero dizer-vos que também tenho um certo orgulho na circunstância de também ser a única Ministra que até hoje saiu de Oliveira do Hospital e posso-vos dizer que ao longo da minha vida pública fui sempre muito cautelosa e rigorosa.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal, há pouco, referiu, e já referiu várias vezes, que eu tenho procurado dar algumas ajudas para resolver alguns assuntos, e é verdade. E faço isso por dois motivos: Primeiro, porque sou a Presidente da Assembleia Municipal, e faz parte das minhas obrigações contribuir e apoiar o Executivo na resolução dos problemas, mas faço-o também porque ao longo da minha vida procurei sempre ter boas relações institucionais. Nunca pedi nenhuma ilegalidade a ninguém, nunca criei situações que pudessem dizer que eram “arranjinhos”. Eu sei que isso é péssimo. Eu não gostava que me colocassem nessa posição quando eu também estava no desempenho de funções públicas. As portas que se me abrem quando eu faço um telefonema são sempre resultado de épocas anteriores em que também ajudei as pessoas e tive sempre uma postura institucional de colaboração. Entendi sempre, enquanto funcionária pública, que devia ajudar a

resolver problemas. Fui sempre rigorosa. Tenho, felizmente, bom nome no meu meio profissional porque me comportei sempre de forma a que realmente merecesse esse bom nome, o que, para mim, é muito importante e tenho orgulho nessa circunstância.

Quero dizer-vos que foi um privilégio ter a oportunidade de partilhar convosco este percurso que aqui fizemos nestes quatro anos em prol da consolidação da democracia no nosso Concelho. Este é o espaço da democracia no nosso Concelho e gostei muito de estar aqui convosco. Aprendi muito e conheci melhor o Concelho.

Como sabem, tenho aqui as minhas raízes e posso-vos até dizer que tenho a minha vida organizada e medidas tomadas para que os meus filhos continuem ligados a Oliveira do Hospital. Eu penso o futuro, e também não sei se vai ser muito longo porque quando se chega à minha idade começa-se a sentir que o tempo vai escasseando, mas, para mim, é importante que os meus filhos se mantenham ligados à minha terra. Eu tenho os meus instrumentos para os atrair, e a Serra da Estrela é perto e eles gostam destas belezas naturais.

Gosto muito de Oliveira do Hospital, foi aqui que dei os meus primeiros passos, nasci aqui ao lado, e gosto de sentir os cheiros quando no outono se começam a acender as lareiras.

Quero dizer-vos que procurei contribuir para um debate com qualidade e elevação. Vocês também ajudaram. Houve pequenas coisas sem importância. Na verdade, as pessoas estiveram à altura das minhas expectativas.

Alguma vez poderei ter coartado um pouco o debate político mais intenso. Sei que o debate político também tem de ter algum confronto, e é desejável que tenha, mas, às vezes, não era fácil estabelecer a devida linha. Procurei ter uma postura de equidade.

Os Srs. Deputados sabem que em determinados momentos fiz as minhas observações mas procuro não agredir as pessoas.

Acho que, na vida, não ganhamos nada em ser agressivos. Podemos dizer tudo o que pensamos, podemos ser combativos, e eu sou combativa. Vocês não me conhecem na minha vida profissional mas tive uma vida profissional intensa e que me realizou bastante, tive imensa sorte, mas também sou uma pessoa combativa e afirmativa. Considero-me uma mulher de pulso.

Nós podemos ser firmes, nós podemos lutar pelas nossas causas mas eu dou muita importância à forma como nos expressamos. Uma, ou outra, vez, poderei ter sido um pouco limitativa, e não era essa propriamente a minha intenção.

Para finalizar vou fazer os agradecimentos: Quero agradecer ao Executivo todo o apoio e consideração que sempre me disponibilizaram. Trataram-me sempre muito bem e penso que também não os macei muito.

Acho que fizeram um trabalho excelente. Gosto da frontalidade e da honestidade do Prof. José Carlos Alexandrino quando ele diz, “*fazemos bem e fazemos mal, e não fazemos tudo, nunca!*”

A vida política, que é tão mal tratada, que é tão achincalhada, e há algumas razões para isso, infelizmente, e, leva a que as pessoas tratem a atividade política como uma área menor, e eu acho que a atividade política é uma atividade maior. E é uma atividade maior porquê? Porque a atividade política é o espaço onde mais podemos mudar as sociedades. É a intervenção que considero de maior abrangência porque na atividade política, e na forma como estão organizados os estados democráticos, existe a legitimação do voto em pessoas que podem e devem propor medidas e caminhos. Portanto, a atividade política, na minha perspetiva, é algo que eu muito incentivo e defendo quando ouço pessoas, e são muitas, que se referem negativamente ao exercício da atividade política e aos políticos. Eu luto contra isso!

Acho que é de grande nobreza as pessoas disponibilizarem-se para a atividade política. As pessoas que se disponibilizam para a atividade política estão a dar de si à sociedade.

Quero dizer, ainda, que foi muito gratificante o contacto que tive com este Executivo que tem dado tanto de si ao nosso Concelho e que muito tem contribuído para o melhorar.

Aos Membros da Assembleia Municipal, eu reforço o meu agradecimento, pela colaboração, atitude democrática, e manifestações de apreço pessoal que me dirigiram, e que eu senti. Senti-me muito bem acolhida por todos vós e obviamente que estreitei relações também de amizade com as pessoas.

Gostei muito de ver a participação crescente das mulheres, uma participação qualificada e equilibrada.

Quero agradecer ao Carlos Mendes e à Dra. Aldina, que comigo fizeram uma equipa coesa. Correu tudo muito bem entre nós e entreajudámo-nos.

A Dra. Aldina, eu conheci como colega do meu cunhado e através da minha irmã.

O Carlos Mendes e eu éramos colegas de escola e fomos amigos a vida toda, mesmo havendo anos em que não nos víamos. Em alguns aspetos do funcionamento da Assembleia Municipal ele é que teve a maior parte do

trabalho, apoiou-me muito e aliviou-me muito. Conhece muito bem os procedimentos e fez-me os alertas e, ainda, hoje, e não está cá, já me telefonou duas vezes.

Portanto, se eu os estimava, esta experiência leva-me a estimá-los ainda mais.

Também agradeço à Esmeralda que, como já aqui foi dito, é uma peça fundamental para o bom funcionamento da Assembleia Municipal. Eu, às vezes, sou um bocadinho exigente mas as coisas correram bem. Ela é uma pessoa dedicada e preparada.

Agradeço também ao Dr. Daniel Dinis pela articulação do Executivo com a Assembleia Municipal e algumas vezes também o pressionei para disponibilizar toda a informação que era necessária.

Agradeço a colaboração dos técnicos da área da informática que prestaram todo o apoio ao funcionamento da Assembleia Municipal.

Agradeço também à Comunicação Social o acompanhamento e divulgação que sempre fez dos trabalhos. É muito importantes porque o que aqui se passa deve realmente ser difundido, e há muita gente que segue os trabalhos da Assembleia Municipal no País e fora do País, e é muito bom que assim seja. Os Órgãos de Comunicação Social são parceiros imprescindíveis.

Termino, desejando às pessoas que não se recandidataram o melhor nas suas vidas pessoais. Sabem que eu estou sempre disponível, e na aquilo que sentirem que eu vos posso de alguma forma ajudar e ser útil, estejam sempre à vontade para me contactar.

Relativamente às pessoas que vão continuar e que vão ser eleitas para o desempenho de funções públicas no nosso Concelho desejo as maiores felicidades. Continuem a lutar. Os que estão na oposição continuem a ter sentido crítico para que os que estão no poder façam mais e melhor e, acima de tudo, mantenham a relação de estima e de amizade que eu sinto que existe entre vocês.

Chegámos ao fim da Ordem do Dia e agora vamos votar a Ata em minuta desta Sessão da Assembleia Municipal.”

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

E, não havendo mais nada a tratar, sendo dezanove horas e trinta minutos, a Sra. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, da qual

para constar se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim \_\_\_\_\_, Primeira Secretária, que a subscrevi.

(Presidente)

\_\_\_\_\_

(Primeira Secretária)

\_\_\_\_\_

(Segunda Secretária)

\_\_\_\_\_